



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2023

(Mandato 2021/2025)

Handwritten signatures: "Gij" and "fz cel"

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, realizada na Junta de Freguesia de Carrapatas.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e quarenta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e agradeceu à Presidente da Junta de Freguesia de Carrapatas, anfitriã desta sessão, pela forma como “está a receber-nos” e informou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal estava ligeiramente atrasado pois encontrava-se na abertura do “Concurso Nacional de Leitura” a decorrer no Centro Cultural. De imediato, nos termos do n.º 2 do art.º 29.º da supracitada lei deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

Ana Cristina Moura Xavier Fernandes; Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, João Nuno Ferreira Pires, Lília Margarida Pereira da Silva, Jacinta Lúcio Catarino Lopes, que foram substituídos, respetivamente, por Paulo Jorge Ferreirinha, Dinis António Tiago Sarmento, Beatriz Isabel Mata Pires, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José Luís Gonçalves Tomé Afonso e Libânia de Jesus Telo Rosa. -----

Por impossibilidade de estarem presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos, Abel Francisco Paulos Rocha, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de



Assembleia Municipal – 2.^a Sessão Ordinária

Freguesia, *Cláudia Maria Trinchete Peludo* e o Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, *Sérgio Ramos Borges* fez-se substituir pelo tesoureiro *João Pinela*. -----

Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais *Domingos José Ataíde Vaz*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD e *Ricardo Jorge Vaz Cordeiro*, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho*, *Sónia de Jesus Afonso Salomé*, *Paulo José Castro Rogão*, e os Vereadores em regime de não permanência, *António Nuno Baptista Mendes de Moraes*, *clementina Augusta Marçal Gemelgo* e *Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 59 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes*, *Manuel António Carvalho Machado*, *Celina da Conceição de Sá Martins*, *Rogério Paulo Talhas Pires*, *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, *Manuel António de Sá Mico*, *Paulo Jorge Ferreirinha*, *Duarte Ferreira Dias*, *Vera Cristina Amaral Gabriel*, *Luís Miguel Pereira Vaz*, *Carlos Alberto Fernandes*, *Dinis António Tiago Sarmento*, *Sandra Cristina Batista Matos*, *Ilídio João Alves*, *Maria Inácia Ferreirinha*, *José António da Silva Madalena*, *Maria da Assunção Gemelgo Correia*, *Cláudio Miguel Bento Trovisco*, *Maria José Vieira Teodoro Moreno*, *Simão Augusto Ventura Ferreirinha*, *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*, *António João Alves Trovisco*, *José Luís Gonçalves Tomé Afonso*, *Sandra Maria Esteves Nascimento Franco*, *Beatriz Isabel Mata Pires*, *Libânia de Jesus Telo Rosa*, *Amâncio dos Santos Rocha*, *Daniela de Almeida Rebelo*, *Manuel Jorge Machado Olaio*, *António José Costa Vila Franca*, *Francisco Inácio Alves Oliveira*, *José Carlos Vasco Jecas*, *Maria Adelaide Serra Carvalho*, *Andreia Isabel Moraes Eugénio*, *José Manuel Fernandes*, *Miguel Afonso Gomes Reis*, *António Luís Gomes*, *Acácio Alberto Correia Moraes*, *Nuno José Nunes Trindade*, *Betina Maria de Sá Gonçalves*, *Leonardo do Nascimento Vila Franca*, *Miguel Ângelo Caseiro*, *João Batista Pinela*, *Ramiro Borges Valadar*, *Cláudia Maria Trinchete Peludo*, *João José Cunha Pinto*, *Jorge Luís Pinto*, *Inácio de Jesus Roma*, *Luís Manuel Costa Rodrigues*, *Carla Alexandra Dias Miranda*, *Fátima Raquel Eusébio*



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, para consulta, na mesa de apoio à sessão e indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata n.º 1 da sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2023, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 27 de fevereiro de 2023 a votação. A mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção.-----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Diretor Executivo do MORE- Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, Dr. *Albino Bento* para no âmbito da abertura do Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação em Macedo de Cavaleiros, proceder à apresentação da Associação referindo a missão de interação com o tecido empresarial, com as instituições e as comunidades locais, que trabalha em parceria com os centros de investigação académicos com o objetivo de transferir competências e facilitar os processos para as empresas, intervindo em cinco áreas: Negócios e Gestão; Alimentos e Produtos de Base Biológica; Ambiente de Montanha e Gestão de Ecossistemas; Património, Turismo e Bem-Estar e Tecnologias Inteligentes. Em termos de orçamento, o MORE- Colab é financiado em cerca de 30% pelo Estado Português e os restantes 60% advêm de prestação de serviços. Neste momento a associação tem em desenvolvimento 30 projetos europeus e pretende continuar a interagir com o território e com as empresas, estando disponível para trabalhar com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e com as empresas locais, no melhoramento de processos, à semelhança do trabalho que está a ser desenvolvido com a Carpintaria Mofreita". Terminou. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS para, na qualidade de Coordenadora do Grupo de Montanha, Turismo e Bem – Estar do MORE- Colab, sediado em Macedo de Cavaleiros, desde fevereiro de 2023, apresentar a atividade e as áreas de intervenção da associação, com foco na área que coordena. Assim, a Coordenadora referiu que, neste momento, o Grupo de Património, Turismo e Bem-Estar é constituído por cinco recursos humanos formados nas áreas da sociologia, antropologia, turismo e multimédia, cujos objetivos são a promoção da qualidade de vida das populações das Regiões de montanha e o desenvolvimento de boas práticas de inovação, processos e serviços que possam ser replicados noutros países. A atividade da associação é desenvolvida em torno de dois projetos financiados, o *EscaparArte*, o *Educage* e o *More*, ainda a aguardar aprovação, sendo o *EscarpArte* o projeto que mais notoriedade tem trazido à associação. -----

A Coordenadora do Grupo passou, de seguida, a elencar as atividades desenvolvidas e respetivos objetivos bem como os serviços prestados a entidades públicas e privadas nos domínios de intervenção do polo instalado em Macedo de Cavaleiros e adiantou as candidaturas em preparação. “Com o município de Macedo de Cavaleiros estamos a preparar uma participação no *TExTOUR*, um projeto europeu para a criação de um laboratório de turismo cultural”, terminou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente** para efetuar uma breve apresentação do ponto da situação relativamente ao setor das águas, pelouro que tutela, relatando estar a ser desenvolvido, neste domínio, um trabalho de grande esforço por parte de todos os dirigentes, técnicos e trabalhadores da autarquia, para bem da comunidade porque “quanto mais poupança fizermos mais dinheiro temos disponível para investir no nosso território”. Passando a explicar o processo que “começa na nossa Albufeira do Azibo, onde está a água reservada, vai até à estação de tratamento, designado de processo de águas em alta, que é da total responsabilidade das Águas do Norte. Segue-se o processo das águas em baixa, da responsabilidade da Câmara Municipal e que diz respeito à água que sai da estação de tratamento, que entra na rede de distribuição e chega até às nossas casas. Neste domínio existem dois processos: um que dá lucro e outro que dá prejuízo. O que dá prejuízo, no nosso território, é o processo de águas em baixa porque temos um concelho com cerca de setecentos quilómetros de área, com cerca de quinhentos



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

quilómetros de condutas, com pouca população e é difícil gerir este processo. A Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente tem tido uma ação preponderante junto do Governo, concertada com os homólogos do distrito, porque este é um problema transversal a todos os municípios. Existe a necessidade de que a gestão dos dois processos seja de uma só entidade pois não é sustentável que a gestão do processo de águas em alta seja das empresas público-privadas e o processo de águas em baixa seja dos municípios. Este tem vindo a ser o foco do Executivo há cerca de seis anos, um processo moroso e difícil mas acredito que todos juntos vamos conseguir”, frisou, passando de seguida a explicar o processo gerido pela autarquia e as ferramentas implementadas no terreno que têm permitido obter resultados mais positivos. “Temos feito uma intervenção agressiva na rede. Já estamos a colocar contadores inteligentes que têm permitido a sinalização de problemas que sem monitorização da rede de água não seriam identificados. Já temos Zonas de Medição e Controlo -ZMC's, colocadas em praticamente todo o território, que são contadores de grande porte colocados nas condutas principais que permitem medir o consumo ao minuto e a deteção imediata de eventuais problemas na rede e consequente intervenção, o mais breve possível, de modo a minimizar estragos e desperdício de água. A instalação de contadores inteligentes irá permitir, no futuro próximo, identificar se o somatório de consumos dos contadores, de um determinado ramal, é igual à água que passa na conduta. Os valores desequilibrados indicam um problema que poderá indicar uma conduta com fuga ou consumo ilícito de água. Ou seja, a implementação deste novo sistema irá permitir um diagnóstico mais preciso, mais eficiente e mais rápido da rede de abastecimento de água do que até à data”. Explicou o Sr. Vice-presidente que passou a dar nota da poupança que o município tem vindo a promover e que reflete o trabalho que efetuado por todos. Assim, tendo por referência os valor faturados no ano de 2020, e em relação a este o município economizou no ano 2021 cento e sessenta e um mil cento e quarenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos (161 146,74€) e duzentos e sessenta e nove mil cento e cinquenta e oito euros e quinze cêntimos (269 158,15 €) no ano de 2022, o que equivale a uma poupança, em dois anos, de quatrocentos e trinta mil trezentos e vinte e dois euros e oitenta e nove cêntimos (430 321,89 €). Ou seja, o município pagou, no ano de 2020 aproximadamente, um milhão e meio de água, no ano 2022 um milhão e trezentos e sessenta mil euros prevendo-se que em 2023 o valor seja de um milhão de euros. Valores, ainda não refletidos na ERSAR, mas que revelam que o município está a comprar menos água à empresa Águas do Norte estimando-se que, com a



Assembleia Municipal – 2.^a Sessão Ordinária

continuação do trabalho em implementação, que estes valores continuem a reduzir uma média de 15% anualmente, até ao ano de 2025, significando uma poupança de quatrocentos e vinte e dois mil oitocentos e sete euros e setenta e sete cêntimos (422 807,77 €), em 3 anos e uma poupança total, em seis anos, de oitocentos e cinquenta e três mil cento e trinta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos (853 132, 65 €) que significa uma redução, em relação ao ano de 2020, de cerca de 56%. “Um trabalho que exige investimento através de fundos comunitários mas também de capitais próprios da autarquia. No período compreendido entre 2021 e 2022 o município investiu, em substituição de redes de água, um milhão de euros (1 000 000,00€), entre 2021 e 2023 meio milhão de euros (500 000,00€) em *software* e equipamentos e quinhentos e quarenta e cinco mil euros (545 000,00€) em instalações hidráulicas (estações elevatórias, condutas e acessórios). Para o período compreendido entre os anos 2023 e 2035, um horizonte temporal de 12 anos, o município irá investir novecentos e sete mil e duzentos euros (907 000,00€) em contadores inteligentes, com comparticipação na totalidade de fundos comunitários. O que totaliza um investimento total de dois milhões novecentos e cinquenta e dois mil e duzentos euros (2.952 200,00 €) em 14 anos, “fruto da evolução tecnológica quem conduzirá a uma melhoria considerável na gestão dos sistemas de abastecimento de água, que estaremos a construir um futuro ambientalmente melhor e a contribuir para que as novas gerações continuem a contar com um bem precioso a “água”. Este é um problema que se arrasta há mais de duas décadas e que teremos que resolver. A requalificação da rede significa um investimento global de cinco milhões de euros e o município não tem capacidade para um investimento dessa ordem pelo que estamos atentos para perceber se é possível apresentar uma candidatura ao fundo ambiental no novo quadro comunitário, para conseguir dar aqui um imput positivo e requalificar toda a rede. Não posso deixar de recordar o trabalho dos nossos antecessores que dotaram Macedo de Cavaleiros de água potável e fizeram este um concelho pioneiro nesta área”. Rematou o Sr. Vice-Presidente que utilizou a oportunidade para apelar, a propósito da colocação de contadores e de caixas, para que não seja feita contrainformação. “A Câmara Municipal não obriga nem ameaça e está para colaborar com os munícipes sendo, no entanto, verdade que a legislação é clara em relação à colocação de contadores em casas particulares e, em cerca de cinquenta por cento do nosso território, os contadores estão dentro das propriedades, de onde advêm problemas que podem ser resolvidos com a colaboração de todos. Aos munícipes



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

competê-lhe a colocação de uma caixa que tem um custo de cerca de quinze euros (15,00€) e se houver alguém que não tem condições financeiras para suportar esse valor, a câmara contribuirá, não esquecendo que por cada 15,00 € dos particulares a Câmara irá gastar mais oitenta ou cem euros (80,00 € ou 100,00 €) em mão de obra, peças e ligações. Neste momento existe um número considerável de pessoas que fizeram a mudança e continuo a pedir à população que colabore connosco nesta alteração, que em muito facilitará o trabalho dos nossos técnicos e colaboradores e contribuirá para evitar a prevaricação, que todos sabemos que acontece. O nosso objetivo é facilitar e evitar problemas e de seguida a nossa Diretora irá explicar o que está a ser feito no nosso território no domínio da água que tem sido a problemática que mais custos financeiros tem tido para o município, à semelhança de outros, sendo nossa intenção acabar com essa tendência”, frisou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Diretora do Departamento de Obras e Gestão Urbanística, *Cristina Ferreira* que no âmbito da temática de “Gestão de Redes de Abastecimento de Água, apresentou a “Evolução do plano de ação de combate às fugas “ no município. Uma intervenção técnica dando o reporte do plano de combate às fugas implementado há cerca de dois anos pelo município com muito trabalho foi feito ao nível da rede de água e da monitorização da mesma. Numa primeira fase do plano foram identificados os fatores que estão a contribuir para as perdas de água, foi definido um Plano Estratégico de Combate às Perdas de Água que propôs medidas concretas para a redução de perdas e estabeleceu, para cada uma dessas medidas, objetivos quantitativos, tendo identificado estas como a principal fonte de ineficácia das entidades gestoras de redes de abastecimento de água transversais ao território nacional mas que no município de Macedo de Cavaleiros tem graves implicações financeiras. “O novo sistema, com introdução de ferramentas tecnológicas mais precisas irá permitir a monitorização da rede e a resolução de problemas de forma mais eficiente e eficaz”, frisou a Diretora, passando, de seguida, a explicar a forma de resolver uma comunicação de fuga de água, processo totalmente manual que demorava cerca de quatro dias. “Neste momento todas as ocorrências entram num sistema chamado de *Flow-water* que informaticamente gera a ordem de serviço, que cai num dispositivo eletrónico, um *tablet*, que após ser rececionado pelo encarregado segue para as equipas que estão no terreno e seguidamente a reparação da fuga, geolocalizada, é reintroduzida no sistema. Uma operação que tem um *timing* inferior a 24 horas”, esclareceu.



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Relativamente aos contadores até à data as leituras são manuais e introduzidas no sistema da mesma forma. Estas são origem a fatura que é enviada através dos CTT para os consumidores sendo a cobrança feita de várias formas. “Num futuro muito próximo, a leitura passará a ser feita pelos contadores inteligentes que entra numa base de dados, que faz a transferência para o *software* de faturação. Aqui é emitida a fatura eletrónica que chegará a todos que pretendam aderir à modalidade. Faço aqui o apelo a todos que queiram estão conscientes das questões ambientais para que adiram à fatura eletrónica, excluindo o papel. Neste momento esta opção já existe é só enviarem o vosso *email* para receberem a fatura”. Apelou. A monitorização da rede está já implementada sendo feita através das ZMC’s (Zonas de Medição e Controlo) e de cartões GSM através de uma rede *LoRa*. De seguida a Diretora do Departamento mostrou esquemas do processo de monitorização para ilustrar o procedimento de uma rede de abastecimento de água demonstrando a complexidade do processo já implementado no terreno, chamando a atenção para o fato de que “o município de Macedo de Cavaleiros é pioneiro no país, nesta forma tecnológica de monitorização”, tendo ainda demonstrado, virtualmente a comunicação de ocorrências e a resolução das mesmas em tempo real que permite ainda a introdução de fotografia do trabalho efetuado e se é necessária a intervenção de outra divisão com a reparação de pavimento, por exemplo e o tipo de pavimento a reparar. Para finalizar a apresentação a Diretora *Cristina Ferreira* fez referência ao estudo de viabilidade económico-financeira efetuado pelo município, bem como os níveis de consumo de água nos últimos 12 anos, para concluir que “ainda há muito trabalho a desenvolver durante os próximos anos, mas a utilização destas tecnologias associadas às redes de abastecimento de água trarão uma grande poupança ao longo do tempo”, terminou. ---

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o primeiro período de intervenções.

Usou a palavra a Deputada *Maria Adelaide Serra Carvalho*, membro o Grupo Parlamentar do PSD e anfitriã da 2.ª Sessão Ordinária deste órgão para partilhar o orgulho sentido por receber o “órgão máximo do concelho”, dando as boas-vindas a todos e felicitando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela atitude de descentralização “de modo a que haja mais aproximação dos eleitos com os seus



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

eleitores. Parabéns pela iniciativa. Esta, é uma boa forma de escutar as populações, conhecer as suas necessidades e os seus anseios. -----

Se bem se lembram, nas sessões de abril e dezembro de 2022, partilhei com todos, a minha preocupação pelo facto de não ter luz elétrica na casa mortuária e pedi, nas duas intervenções, ajuda para a resolução do problema. Hoje, gostaria de partilhar a minha satisfação e agradecer ao sr Presidente da Câmara Municipal porque se empenhou e ajudou a encontrar a solução. Temos agora, a casa mortuária, dotada de luz elétrica com contador de eletricidade! Em nome dos carrapatenses, muito obrigada Sr Presidente. Sem a ajuda de V. Ex^a, eu não teria conseguido. Ainda em relação ao mesmo assunto, queria deixar uma palavra de gratidão à Sr^a Eng^a Alice Assunção, pela eficiência e profissionalismo demonstrados no decorrer do processo. Permitam-me também agradecer à CM na pessoa do Sr Vice- presidente, porque foi com ele que tratei este assunto, o arranjo de 9 metros quadrados do soalho da sala da sede da Junta de freguesia que, há anos, se encontrava esburacado e, consequentemente tínhamos de conviver com ratazanas e com o perigo eminente de um acidente ao caminhar naquela zona. Aos funcionários que executaram a obra, Sr Francisco Quintela e Sr Carlos Martins, o meu agradecimento pelo profissionalismo e correção demonstrados”, terminou.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao deputado *Ilídio João Alves*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, que à semelhança da sessão de há cerca de um ano, referiu o estado degradado da estrada de Vilar de Ouro para acrescentar que após a intervenção que esta sofreu em setembro, o seu estado é ainda pior que há um ano, tornando-se necessário responsabilizar alguém: “os madeireiros, ou os proprietários ou as transportadoras porque não se admite. Andamos a gastar dinheiro em vão”, referiu. A propósito da União de Freguesias de Murços, Edroso, Espadanedo e Soutelo Mourisco e tendo reparado que foi aplicado betuminoso nas reparações de vacarias, armazéns e espaços privados questionou o Presidente da União de Freguesias quanto à reparação de paredes que foram danificadas aquando do processo de limpeza dos caminhos rurais.-----

Usou a palavra a deputada *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD para recordar que as pessoas são um elemento indispensável para o desenvolvimento de qualquer concelho e “ao contrário do que tem sido referido, o Executivo anterior do PSD não deixaram só dívidas. Estes, além



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

das obras elencadas deixaram também programas de índole social nomeadamente o “Macedo Habitar”, que neste momento tem em aberto os procedimentos de candidatura até ao dia 26 de maio de 2023”. Assim, e em nome do Grupo Parlamentar manifestou a satisfação pela continuidade do mesmo. “Outro programa do Executivo liderado pelo PSD é o “Macedo Cuidar” um programa que permite, às pessoas com mais de 65 anos, receber apoios através do cartão do idoso que possui duas versões: “Macedo Cuidar” e “Macedo cuidar +”, sendo o último dirigido aos mais vulneráveis e necessitados. Assim, e tendo o concelho perto de cinco mil pessoas, com idade superior ou igual a 65 anos e tendo em conta as variáveis: Covid19, guerra da Ucrânia, entre outras e o impacto na vida dos macedenses, venho, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, manifestar que é urgente fazer uma revisão ao programa “Macedo Cuidar”, atualizando os critérios de beneficiação para que mais pessoas possa beneficiar destes”, disse sugerindo que após a revisão da regulamentação se proceda à massificação da sua divulgação junto da população e que para tal envolvam os presidentes de junta do nosso concelho. -----

A palavra foi passada à Deputada *Daniela de Almeida Rebelo*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do CDS que recordou a votação, em sessão de Assembleia, da adesão à Associação Portuguesa de Parques Empresariais – APPE em setembro do ano passado tendo “eu partilhado a expectativa pelo facto da direção ser do AICEP, um exemplo de sucesso na sua área de atuação. Passado alguns meses reitero as questões colocadas: O que já foi feito? Gostaríamos de conhecer estratégias e ações concretas que nos permitam defender e esclarecer, quem nos elegeu, de que foi uma boa aposta e que fizemos uma opção acertada. Sucintamente: O que já aproveitamos desta associação?” Questionou. -----

Usou da palavra o Deputado *Duarte Ferreira Dias*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS para no âmbito da temática da água, e da apresentação efetuada, dar os parabéns ao Executivo pelo trabalho que está a desenvolver e pelo pioneirismo que está a ter resultado, manifestando, no entanto, a dúvida quanto à escolha da tecnologia LoRa como rede de comunicação, considerando não ter ficado claro a forma de trocar informação na base de dados e a atualização em tempo real, pedindo algum desenvolvimento sobre a plataforma ou o agendamento de uma reunião para esclarecer as dúvidas. De seguida, e não tendo estado presente na Assembleia



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Municipal Jovem, endereçou publicamente os parabéns aos jovens pelo empenho demonstrado, pela qualidade das intervenções e pela conduta demonstrada que pode servir de exemplo para os que estão, ou possam vir a estar, na política. “Fiquei muito orgulhoso pela forma como dirigiram os seus discursos e podemos olhar para a geração futura com a esperança de que teremos uma classe política ou cidadãos empenhados num futuro melhor. A todos os jovens que intervieram na sessão, num dia especial que representa a liberdade, agradeço e envio um abraço.” Rematou o Deputado. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Manuel Jorge Machado Olaio*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do Unidos por Macedo que, à semelhança da sessão descentralizada que decorreu na aldeia do Lombo, reiterou o seu desacordo com a descentralização das sessões, considerando não estar a trazer nada de novo à aldeia de Carrapatas e que estas acontecem com poucas condições. De seguida e a propósito de “Abril” e da revolução adiantou que “na revolução eu tinha 11 anos e o sentimento que a revolução de Abril nos deu foi de união, de uma sagrada família, uma coisa com valores éticos e morais, de justiça e de fraternidade que criou união entre as famílias de sangue. Toda a gente saiu à rua e acreditou na revolução e que Portugal ia ser um país melhor. A estas famílias juntaram-se famílias de coração criando-se uma onda de igualdade, fraternidade e justiça, que foi a coisa mais pura que “Abril” nos deu. Como é que neste quase cinquenta anos tudo descambou e estas famílias desapareceram e descambou nas famílias políticas?! Como chegamos a estas famílias políticas que muitas vezes é um albergue de malfetores, como vês nos noticiários, movidos pelo interesse e pelo dinheiro, uma atitude mesquinha. E não quero com isto ofender ninguém mas a família política sem valores e quase sempre sem coração, move-se pelo interesse e pelo dinheiro. Terminou dizendo que “Abril” foi feito por um jovem, *Salgueiro Maia*, um jovem como o *António Vila Franca* e como o *Carlos Rodrigues* que foram enxovalhados de forma brutal na última Assembleia. O Sr. Presidente esteve mal ao crucificar os jovens que pensam fora da caixa e que têm a liberdade de pensar pela cabeça deles.” Rematou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Carlos Alberto Fernandes*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que efetuou “uma breve sumula da 1.ª sessão da Assembleia Jovem” e enalteceu os discursos proferidos pelas Deputadas do PS,



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Sandra Matos e do CDS, Daniela Rebelo com “discursos que se pautaram pelo respeito para com a AMJ, proeminentes e ativos não podendo dizer o mesmo quanto aos Deputados do PSD e do Unidos por macedo, com discursos paupérrimos”. De seguida, no âmbito do evento que aconteceu em Vale de Prados, agradeceu à Presidente de Junta de Freguesia pela ousadia e coragem em organizar um evento com “grandeza”. O deputado colocou, de imediato, duas questões ao Executivo. A primeira no âmbito do Programa de 1.º Direito à habitação, criado com o objetivo de apoiar a criação de soluções de habitação para pessoas com dificuldades financeiras ou que vivem em condições consideradas indignas, disponibilizando apoios ao nível do arrendamento e do aproveitamento de edifícios existente, sendo um instrumento de políticas sociais de habitação e conferindo um papel importante às autarquias locais, questionando o Executivo quanto à operacionalização das medidas definidas no programa, valores gastos e número de famílias beneficiadas. A segunda questão, no âmbito da Transferência de Competências da Segurança Social para questionar a forma como o Executivo está a operacionalizar esta nova competência. -----

Usou da palavra o deputado *José António da Silva Madalena*, porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD para tecer algumas considerações a propósito das apresentações do início da sessão. Assim, a propósito do MORE-Colab, instalado em Macedo de Cavaleiros para desejar que venha a ser um sucesso “já que o BLC3 não nos trouxe nada de bom nem de relevante esperamos que este traga mais-valias para Macedo de Cavaleiros. No âmbito da apresentação sobre a gestão de rede de abastecimento de água, e muito bem, com quem estou 100% de ao lado da câmara, com sempre estivemos e defendemos um passo ainda mais acelerado de atacar o problema que envolve mais recursos mas este é o caminho certo, e estamos ao lado da Câmara. Já se nota no documento da prestação e contas o efeito da redução da compra de água e da melhoria da receita. Outra questão diferente é a forma como se está a abordar as outras etapas do problema nomeadamente no que diz respeito a uma carta que chegou às casas dos macedenses, com teor ameaçador, querendo que estes instalassem caixas de contador, sendo que agora o discurso já é mais suave e mais aceitável, apesar de entender que neste caso em particular não está em causa o custo da mudança de contador mas sim o princípio pois trata-se de casas que foram licenciadas pela Câmara Municipal, com emissão de licença de habitabilidade sendo que a própria Câmara Municipal, que vai promover a substituição dos contadores para contadores inteligentes, no âmbito da candidatura a fundos comunitários deve assumir



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

os custos inerentes à substituição dos contadores. Entendemos, e é inaceitável, que haja macedenses a pagar a água e outros que a conseguem consumir de forma não própria. Concordo que esses casos devem ser combatidos” mas sem penalizar os que têm comportamentos corretos, referiu. -----

No âmbito das comemorações do 25 de Abril e no que diz respeito à AMJ, o Deputado endereçou os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa, considerando-o o início de um caminho “muito bonito, no entanto houve jovens, concretamente os representantes do PSD e do Unidos por Macedo com intervenções que consideraram fazer, no exercício da sua liberdade e lamento profundamente a atitude pouco democrática e pouco respeitadora porque não basta proclamar a liberdade de expressão, é necessário respeitá-la e Sr. Presidente não gostei nada da sua atitude e da sua resposta que apelido de discurso de ódio em resposta ao que foi o exercício democrático”, frisou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *João Manuel Rodrigues Alves*, membro do Grupo Parlamentar do PS que “tendo verificado que há muita gente preocupada com tudo o que diz respeito à aldeia de Podence, certamente porque gostam muito da nossa terra”, lhe pareceu oportuno tranquilizar os interessados. Assim, e sendo a aldeia muito mediática, por bons motivos, de vez em quando surge um pretexto para semear a confusão entre os insatisfeitos “ou entre os que não se identificam com as instituições que atualmente gerem os destinos da aldeia”. Desta feita foram as obras de requalificação e restauro da Igreja, classificada como Monumento de Interesse Nacional, há muito necessárias pois “parte do telhado estava completamente degradado e ameaçava desabar”. Assim, o autarca informou que o “restauro está em boas mãos e a ser restaurada de acordo com o previsto e devidamente acompanhada pelos Arquitetos do Instituto Português do Património Arquitetónico-IPPAR, pelos técnicos da Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia e pela Comissão Fabriqueira”. De seguida passou a relatar os acontecimentos que deram origem à confusão e que se prendem com a sugestão do IPPAR em rebocar e pintar as partes recuadas da fachada principal para preservar os materiais. Tendo percebido que seria um assunto sensível, o autarca agendou reunião com as partes envolvidas no processo e a empresa que adjudicou a empreitada para posteriormente reunir com a população e transmitir a conclusão ao IPPAR. “Mas, uma fuga de informação acerca da sugestão levantou um burburinho com recurso imediato às redes sociais no sentido de apelar à mobilização no sentido de protesto junto do IPPAR. Este apelo levou à concentração



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

dos populares na Igreja que desmobilizou graças à intervenção do autarca que acalmou os ânimos e restabeleceu a normalidade dos trabalhos, com a garantia de que a decisão será tomada pela comunidade em reunião agendada com o IPPAR, que já adiantou que irá respeitar a vontade da comunidade. O autarca revelou, ainda, que o resultado final será do agrado de todos e que entende “as preocupações das pessoas de Podence” que agiram movidos pelo carinho que nutrem pela Igreja, não entendendo, no entanto, “algumas tentativas de aproveitamento político de pessoas que não têm nenhuma afinidade com Podence e que emitem opiniões sobre o que alguns pensam que está a correr menos bem”. Relatando o sucedido aquando da queda de alguma chuva que serviu de pretexto para sugerir que se estragou todo o património artístico do interior da igreja, o autarca questionou “onde andavam essas pessoas quando chovia em vários locais da igreja? Será que não sabiam que lá chovia? Será que nunca lá puseram os pés ou nem conheciam a real situação da Igreja? Quantas destas pessoas se preocuparam em arranjar forma de recuperar a igreja nos sucessivos anos em que os seus representantes estiveram à frente dos destinos do concelho? Fiquei completamente pasmado ao ouvir num comício político em Podence, a um candidato à câmara que ainda estava em funções, que iriam dar 10.000€ para arranjar o telhado da igreja! Os governantes anteriores nada fizeram e agora que esta câmara e esta junta estão a resolver o problema, vejo da parte do mesmo partido, pessoas a querer opinar sobre aspetos que nem conhecem. Haja paciência.” Considerou. -----

O Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado *David da Silva Martins*, membro do Grupo Parlamentar do PSD, que estando em Carrapatas recordou o marido da atual autarca, também ele presidente da Junta de Freguesia, o Sr. Arménio, “um enorme autarca que mudou completamente a imagem da aldeia. Outros tempos. Tempos em que o Executivo camarário apostava no bem-estar de todos no concelho, apoiava os projetos das juntas, fazia passeios, largos, saneamento e embelezava as aldeias. A D. Adelaide conhecia na campanha é uma pessoa cheia de garra e de ideias e sempre a dizer o que queria mudar e melhorar. Vi nela que o Dr. Nuno estava no caminho certo na escolha dos candidatos às Juntas de Freguesia. Prova disso é o constante assédio para mudar de partido feito pelo Executivo Camarário sempre que algum presidente vai pedir apoio à Câmara Municipal como se não fosse razão suficiente apoiar as nossas juntas e as nossas pessoas”. Disse passando a referir a Estrada Municipal nº



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

537 que liga a aldeia de Soutelo Mourisco a Rossas, com o cruzamento de acesso à Aldeia de Cabanas numa “lástima, só já é um buraco, a parte de Soutelo está praticamente intransitável, já não há remendo que lhe valha e por isso peço encarecidamente ao Sr. Presidente que, como estrada municipal que é, se digne mandar reparar e, num futuro próximo, a substituir o piso porque todos os anos acontece esta situação e um trajeto que tem nove quilómetros torna-se num trajeto com vinte e cinco quilómetros pelo estado em que se encontra a estrada”. Constando da Ordem de Trabalhos desta sessão a atribuição do nome “Eng. *Luís Vaz*” ao Parque Urbano da cidade, o deputado referiu que a melhor forma de homenagear o ex-autarca é perpetuarem as obras dele e não as deixarem abandonadas, “como essa estrada, por exemplo”, mencionou. -----

A palavra foi passada à Deputada *Vera Cristina Amaral Gabriel*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS cuja intervenção foi de agradecimento para com o Executivo no apoio à “construção das charcas para apoio agrícola neste momento em execução nas aldeias de Vilarinho de Agrochão e Arcas, estando a ser efetuado o levantamento para a construção de mais noutras freguesias e ainda o trabalho na defesa da floresta no combate aos fogos. É um trabalho de extrema importância para todos nós” num contexto de tempos difíceis e de seca extrema. -----

Usou a palavra o Deputado *António José da Costa Vila Franca*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar Unidos por Macedo dando as boas-vindas a todos à aldeia de Carrapatas, “que é também a minha terra. Terra de gente trabalhadora, educada e filha de boa gente que sente e vive Macedo”, passando a aludir à sessão da AMJ, dia 25 de abril para dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos Professores o reconhecimento pessoal, e do Grupo Unidos por Macedo pela dedicação e entrega ao projeto e desejar que o mesmo obtenha sucesso pois “incutir nos adolescentes interesse pelos assuntos da sua terra e de os motivar para a intervenção cívica é uma extraordinária forma de fazer política e de transmitir os valores de uma democracia livre, plural e participativa. Da minha parte é uma enorme honra representar o meu Grupo Parlamentar nesta assembleia e um privilégio poder participar com a minha experiência e transmitir algumas das prerrogativas que fizeram parte da primeira candidatura independente em Macedo de Cavaleiros principalmente sem obedecer a qualquer guião estabelecido, pelo que agradeço o convite que me foi dirigido. Na intervenção que fiz nesse dia procurei alertar os jovens para a necessidade de espírito



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

crítico em relação ao que se está a passar no nosso país, não tendo sido o objetivo manchar o discurso dos meus colegas e, não é por estarmos a falar com jovens que devemos pintar a política de cor-de-rosa, sendo o dia 25 de abril também dia de reflexão acerca do que é necessário mudar. É certo que nenhum de nós jovens viveu o 25 de abril nem a ditadura, tal como não vivemos a 2.ª guerra mundial nem a guerra da Ucrânia mas não é por isso que desconhecemos as suas consequências. Foi, seguindo essa máxima que participei na 1.ª Sessão da AMJ e agora, nesta terra que é minha, recorro às intervenções que deixei na minha intervenção: Estão os políticos e os que exercem cargos políticos preparados para a crítica? Será que aceitam a opinião contrária? Será que não perseguem quem se manifesta contra? Em resultado da intervenção do Sr. Presidente, que precedeu a minha intervenção, obtivemos as respostas que não queríamos ter obtido. Viva os jovens, políticos ainda impreparados, viva a Liberdade e a Democracia e a verdade”. Terminou. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Paulo Jorge Ferreirinha*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que solicitou informação, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da Feira de S. Pedro e da Feira da Agricultura a realizar no mês de maio. -----

Usou da palavra a deputada *Maria José Vieira Teodoro Moreno*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que proclamou que “há que viver o 25 de Abril mas nunca esquecer de comemorar o 25 de Novembro.”. De seguida, e a propósito da obra em execução do Mercado Municipal questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal a propósito do término da obra e o fim a que se destina “para além do próprio mercado” e, ainda no âmbito desta obra, questionar se a Rua do Mercado está terminada pois vê “a rotunda do Continente árida, em termos estéticos. Presumindo que ainda não está concluída. Alerto para uns buracos quadrados existentes no passeio, em frente à mesma obra, aos quais não vejo utilidade nenhuma a não ser para recolher lixo e ver pessoas a tropeçar e a cair, existindo apenas um tapado. Presumo que a ideia de plantar árvores nesses quadrados foi eliminada. E o que se passa com a Praça de táxis da mesma rua? Que hoje constatei estar interdita aos mesmos e vedada com fitas sinalizadoras. Gostaria que esclarecesse o que pretendem ali fazer.” Proferiu, dando por terminada a sua intervenção. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Rogério*



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Paulo Talhas Pires, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que confessou que após ouvir a apresentação sobre o MORE - Laboratório Colaborativo de Montanha lhe ocorreu uma ideia que considera interessante a de colocar dois organismos a trabalhar em conjunto: o próprio laboratório e a marca Geopark-Terras de Cavaleiros. “Se existe hotelaria, Azibo, Serra de Bornes, Geosítios, percursos pedestres, escola equestre, escola de voo livre, cultura e tradições em todo o concelho porque não pôr estas duas entidades a criar pacotes turísticos para vender na rede Geopark e pelos operadores turísticos do concelho. Esta seria mais uma forma de promover o território e de atrair visitantes e até investidores”, sugeriu. -----

Usou a palavra o deputado *Miguel Afonso Gomes Reis*, membro do Grupo Parlamentar do PSD que questionou o Executivo quanto à ligação da água da nova conduta aos contadores das casas na aldeia de Corujas informando que continuam a existir fugas, acrescentando que “as pessoas que habitam nos pontos mais altos da aldeia não têm, em suas casas, pressão de água suficiente para fazer funcionar os esquentadores e equipamentos de águas quentes”. O Deputado deixou ainda uma palavra de desagrado ao Executivo, em nome dos corujenses, quanto ao estado “lamentável em que se encontra a aldeia” em virtude da obra em curso, “havendo certamente formas mais eficientes e respeitadoras de efetuar a obra”. Concluiu. -----

A palavra passou para o Deputado *Jorge Luís Pinto*, membro do Grupo Parlamentar do PS, para manifestar a sua preocupação, e dos habitantes da aldeia de Sezulfe relacionadas com as lixeiras que vão surgindo, tendo uma sido recentemente removida pelos Serviços de ambiente do município a quem agradece a rapidez e prontidão. “Acredito que seja um problema extensível a outras freguesias, motivo pelo qual deixo o alerta e para sugerir uma opção relacionada com os contentores que outrora já existiram nas freguesias para a recolha de eletrodomésticos e outros equipamentos em fim de uso, que frequentemente são encontrados à beira da estrada e dos caminhos sugerindo, para análise, o regresso desses contentores para as freguesias interessadas. A minha está recetiva”, frisou. -----

A palavra passou para o *Deputado Ramiro Borges Valadar*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS para esclarecer algumas questões relativas à 1.ª Sessão Ordinária deste órgão, que considerou terem ficado mal esclarecidas. Assim e em primeira instância dar conta de que nutre respeito por todos os membros da Assembleia Municipal, esclarecer que é amigo da Deputada Maria José Moreno; que considera



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

todos os funcionários do município bons funcionários, quer os que já exerciam funções com o Executivo anterior quer os que ingressaram recentemente; a propósito dos professores das Atividades de Enriquecimento Extracurriculares (AEC's) esperar que o Executivo resolva o vínculo laboral destes com o município e afiançar que não quer nenhum lugar para a esposa. “Se eu quisesse, em 2016, quando foram há minha procura a Moraes, e não foi esta gente, ela já o teria e tenho testemunhas da afirmação que faço. Gostei muito de ouvir falar o Deputado *Manuel Olaio* a propósito das pessoas não serem só boas quando mudam de partido, que arranjam os tachos na política e que depois vão para a comunicação social, lá fora, porque nem aqui estão, a mandar vir sobre nós. Quero também, à Sr.ª Doutora *António Maria Sousa de Macedo*, dizer que virei sempre à Assembleia falar o que eu quero, porque fui eleito pelo povo de Moraes para o fazer e sugiro que comecem a fazer textos diferentes porque são todos iguais”. De seguida o Deputado solicitou ao Executivo esclarecimentos quanto à conclusão do piso sintético do Estádio Municipal e à existência de atividades programas para os próximos meses. -----

A palavra foi passada par o deputado *Manuel António de Sá Mico*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que felicitou o município pelo Balção Único do Prédio- BUPI e pela sua chegada às freguesias, “um trabalho que demorou algum tempo, mas chegou, e é um trabalho meritório” que facilita a vida do que residem no meio rural. O Deputado agradeceu ao Executivo o apoio concedido na organização do 1.º evento em Vale de Prados e na Feira do Folar, realizada em Vilarinho de Agrochão passando a fazer referência à 1.ª sessão da AMJ e à 1.ª sessão Ordinária da Assembleia Municipal onde os “partidos da oposição passam o tempo a dizer que o município não faz nada e eu gostava que o Sr. Presidente mostrasse, a este povo, o que desde 2017 e até 2022, tem sido feito. É altura de parar com esta afirmação porque depois as pessoas sentem-se e ficam arreliadas “, terminou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpelações dos Deputados Municipais-----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** manifestou o orgulho sentido com a descentralização das sessões da Assembleia Municipal e agradeceu à anfitriã da Sessão. Adiantando, em defesa da descentralização que “se não viéssemos



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

a Carrapatas não teríamos a oportunidade de conhecer este espaço. Percebi que havia pessoas a perguntar onde ficava Carrapatas! Esta é também uma forma de darmos a conhecer o nosso património e as nossas gentes criando proximidade com as pessoas” proferiu. De seguida agradeceu as palavras da autarca carrapatense a propósito da sua intervenção no processo da casa mortuária, confessando que fez tudo o que estava ao seu alcance e que ficou feliz com o desfecho, apesar da morosidade burocrática, congratulando o povo de Carrapatas por mais uma conquista pois o “trabalho dos nossos funcionários e o nosso é apenas a nossa obrigação. Os dois funcionários referidos são excelentes tal como o são todos os trabalhadores camarários, talvez trabalhem a velocidades diferentes mas empenham-se e querem dar o seu melhor”. Frisou. -----

Relativamente à intervenção do deputado *Ilídio Alves*, a propósito do mau estado da estrada de Vilar de Ouro, o autarca confirmou que a via foi alvo de intervenção mas “não há estrada nenhuma que resista quando camiões carregados de madeira passam nos troços de estrada. Sabemos que é um prejuízo para nós, que se traduz em necessidade de intervenção, mas para o povo significa economia a trabalhar pois se não vendessem a madeira não se fazia dinheiro. Para o município converte-se em mais investimento a fazer. Vamos trabalhar no sentido de continuar a melhorar esses acessos. A estrada que vai para Ferreira e Arcas tem mais movimento e teremos que a intervencionar da mesma forma que fizemos com as águas: progressivamente e faseadamente e com as dificuldades financeiras que temos”, referiu. -----

Quanto à intervenção da Deputada *Margarida Pires*, que aludiu ao investimento nas pessoas o edil recordou ter sido acusado de não apostar nas pessoas, afirmação que o indignou porque todo o trabalho que o Executivo desenvolve é uma aposta nas pessoas, solicitando a intervenção da Vereadora *Sónia Salomé* no sentido de demonstrar o trabalho que tem vindo a ser feito na área social, em prol das pessoas, agradecendo antecipadamente, a toda a equipa que tem feito um trabalho fantástico e salientando o investimento que tem sido feito na inovação e na atenção aos Programas, “porque as pessoas são a nossa aposta.” A propósito das felicitações da Deputada sobre a revitalização do “Programa Cuidar”, o autarca manifestou orgulhar-se de alguns programas que o Executivo anterior deixou, considerando ser um ciclo normal com apostas estratégicas boas, e outras não, mas o “mais importante é que no final do nosso mandato tenhamos a consciência de que demos o melhor de nós e que o saldo seja positivo. “Tenho orgulho porque possuímos um dos melhores e mais



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

completos diagnósticos sociais e estamos a trabalhar bem havendo sempre margem para melhorar, em conjunto com os Presidentes de Freguesia”, frisou.-----

À Deputada *Daniela Rebelo*, cuja intervenção questionou o ponto da situação no âmbito da adesão do município à APPE o edil adiantou que o município faz parte da direção desta associação há cerca de um mês, o que revela o reconhecimento do AICEP no potencial das áreas industriais do concelho, com presença na plataforma da associação, que é constantemente atualizada, esperando que esta ferramenta, esteja ao alcance dos investidores nacionais e estrangeiros, afiançando que a falta de terrenos e a existência de outros cativos, ainda sem ter conseguido a reversão destes por questões legais tem impedido a chegada de novos investimentos à Zona Industrial. Quanto à intervenção do Deputado *Duarte Dias*, com referência à tecnologia utilizada no fornecimento, no combate às fugas e perdas de água o edil reforçou que é prioridade do Executivo a introdução de inovação e de meios tecnológicos, “pois é assim que se consegue inovar e progredir podendo, dessa forma, captar algum encaixe financeiro, como viram, que faz a diferença entre o executar a intervenção da estrada entre Soutelo Mourisco e Rebordainhos, ou não a executar”, referiu a título de exemplo, corroborando a afirmação com a redução do investimento do poder local que no ano de 2022 significou um corte de um milhão e duzentos mil euros, que não impediu o Executivo de continuar a investir e a diminuir a dívida da autarquia, “um trabalho notável”, que aposta na inovação. De seguida, fazendo referência às apresentações efetuadas no início da sessão, nomeadamente ao More-Colab, “um laboratório de excelência e uma referência nacional, e ainda bem que a Patrícia bateu o pé e veio para a sua terra, temos investigadores em Macedo e estamos a dar oportunidade a investidores, alguns de Macedo de Cavaleiros, que não fugiram e que estamos a captar “, assegurou. -----

Ao Deputado *Manuel Olaio*, e no que à descentralização diz respeito, o autarca manifestou a defesa na descentralização relatando ter promovido reuniões de dirigentes descentralizadas que só deixaram de acontecer pelo esforço financeiro dos Presidentes de Junta na oferta de refeições. “No entanto continuamos a trabalhar descentralizadamente, e ainda bem que o Sr. Presidente promove sessões descentralizadas.” Rematou. Quanto aos valores éticos e morais, o autarca afirmou já possuir os valores do 25 de Abril antes de o vivenciar e, apesar de o vivenciar longe, em Angola, nunca esquecerá “ E depois do adeus” e “Grândola vila morena” assim como jamais atentará contra os valores de Abril e por isso gostaria que o espaço da



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Assembleia Municipal Jovem e o espaço da Assembleia Municipal fossem um fórum de discussão cívica, para todos os intervenientes ganharem e não para alimentar discursos que despoletam ódios e seguidismos políticos, atitudes que não vai promover e “se me irritei na AMJ foi porque achei que era uma falta de respeito para com o Executivo. Porque nós trabalhamos com empenho, dedicação, esforço e espírito de missão. Há interesses nisto? Que me digam quais são porque desde que entrei para a política fiquei mais pobre. Vou a Lisboa e regresso no mesmo dia, sem motorista e irei as vezes que forem necessárias para que nós ganhemos. Cada vez que vou trago alguma coisa, não venho de mãos a abanar” disse adiantando que da última viagem trouxe mais investimento na área da saúde, com uma candidatura aprovada à SS em eficiência energética para o Centro de Saúde. -----

No contexto da intervenção do deputado *Carlos Fernandes*, o autarca cumprimentou todos os Presidentes de Junta que são dedicados e que têm espírito de missão, que gostam da sua terra, que promovem as suas feiras de produtos endógenos contribuindo para uma economia circular que faz a diferença na economia familiar de pessoas que trabalham. No que concerne à habitação, uma prioridade para o Executivo, o edil mencionou que a Vereadora *Sónia Salomé* iria abordar a temática. ---

A propósito do discurso do Deputado *José Madalena*, que considera um excelente deputado e pelo qual nutre elevada consideração e respeito, o autarca assumiu não ter sido um bom exemplo para ninguém com a sua intervenção na AMJ confessando ter ficado incomodado porque “se o meu Executivo trabalha com dedicação e esforço eu tinha que me revoltar com o que foi dito. Discursos livres sempre. Eu posso é discordar deles. Foi o que aconteceu, e o António Vila Franca poderá ter entendido o discurso mais agressivo como sendo também para ele mas não era. As pessoas que eu considero muito e por motivos políticos alteram o seu comportamento afetam-me mas considero os que discordam de mim”, esclareceu. -----

Relativamente à intervenção do Deputado *João Alves*, o autarca felicitou-o por mais uma conquista porque pertencer à rede das “Aldeias de Portugal” é uma referência. O município já tinha uma aldeia incluída, Chacim passando a contar com outra. Quanto à igreja de Podence e aos aproveitamentos políticos, o autarca mencionou que já é natural acontecer nesta aldeia pela sua visibilidade. “Vamos continuar a preocupar-nos com a construção e vamos ignorar os boatos e as manipulações”, declarou. -----

À Deputada *Vera Gabriel* o Sr. Presidente da Câmara Municipal adiantou que já está em construção a charca de Vilarinho de Agrochão e que serão construídas mais porque fazem parte de um plano de segurança do território e são uma prioridade para



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

o Executivo que está empenhado em investir na questão da segurança do território, no âmbito da qual já foi assinado um protocolo com a corporação dos Bombeiros Voluntários no sentido de regularizar as florestas na área poente do concelho de modo a abranger todo o território pois somos um dos concelhos mais vasto do País. -----

No contexto da intervenção do Deputado *António Vila Franca*, cujo percurso acompanhou até este ser empresário, estando orgulhoso do seu sucesso, e a propósito do conceito de liberdade e de respeito, o autarca defendeu que respeito é também respeitar o trabalho de todo o Executivo. “No dia 25 de Abril disse aos jovens que pelos meus ideais e pela minha equipa eu caminho sobre o gume de uma baioneta, porque eles merecem e foi aí que me senti e espero que as pessoas entendam que não houve outro intuito além da defesa da minha equipa”, esclareceu.---

Ao Deputado *Paulo Ferreirinha*, que solicitou esclarecimentos sobre a Feira da Agricultura, o edil esclareceu que este evento está a ser organizado com um grande investimento que revela a aposta nos agricultores, que será inaugurado por um representante do Governo o que significa “que também eles reconhecem que a feira está a crescer. O setor primário é um dos mais importantes da nossa economia, temos grandes agricultores, que inovam e com grande espírito de resiliência, porque são o parente pobre da rede de distribuição e comércio onde ganham os últimos da linha. Iremos continuar a apostar neste evento, que está a crescer, quer em tempo quer em grandeza”. Quanto à Feira de S. Pedro o autarca revelou que este evento sofreu um desinvestimento, fruto das prioridades definidas pelo Executivo que tem apostado na agricultura, na cinegética e na economia que gira em torno da prática da caça, que envolve milhões de euros, com a indústria e o comércio também em fase crescente. Assim, o desinvestimento na Feira de S. Pedro, que se verifica na redução do número de dias, que em termos de cartaz terá um dia dedicado à Rádio Onda Livre e aos artistas populares, um dia de atividades culturais com bandas e o grupo folclórico, os *Blindzero*, os *HMB* e o Nuno Ribeiro, que é nosso e tem muito sucesso no País inteiro, que é motivo de orgulho e vamos continuar a apostar no que é nosso” frisou o autarca.

Quanto à intervenção da Deputada *Maria José Moreno*, o autarca que concordou com a apologia do dia 25 de novembro, dia muito simbólico e importante na democracia, e elucidou que o Mercado Municipal será um espaço de comércio com os comerciantes que já estavam no local, e um espaço cívico, de convívio e onde serão sedeados outros serviços, garantindo que será uma estrutura que será motivo orgulho. A propósito da rua do Mercado o autarca esclareceu que os espaços quadrados



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Cij
Car

destinam-se a plantas, para a rotunda está previsto um trabalho diferente, que a dignifique e que para já, por motivos financeiros, será intervencionada logo que possível e que a praça de táxis está vedada porque as marcações estão a ser melhoradas em toda a cidade assim como estão a ser melhoradas as marcações e os acessos a estacionamentos para pessoas com deficiência física, dando-lhe visibilidade. -----

Relativamente à intervenção do Deputado *Rogério Pires*, que sugeriu a utilização da marca “Geopark” para criar pacotes turísticos, o edil adiantou que esse trabalho já está a ser desenvolvido e, neste momento já são oferecidos pacotes turísticos a partir do Geopark. A título de exemplo, “vamos ter um evento do balonismo, que irá fazer a diferença, que foi colocado e em meia hora esgotou a disponibilidade. Esta é uma aposta e sucesso que nem precisa de divulgação e que envolve hotéis, operadores turísticos e a restauração. Quanto ao dinamismo dos empresários, o autarca revelou que um esteve na BTL, com apostas que revelam uma visão mais abrangente e de maior alcance. Para ao aficionados dos desportos mais radicais vamos também ter no território uma Baja TT, com os melhores pilotos nacionais a conduzir de forma frenética”. -----

Ao deputado *Miguel Reis* que referiu o início das obras de abastecimento de água por Corujas, o autarca referiu que estão a melhorar e que o caminho está a ser feito, os serviços do município estão atentos e encorajou os presentes para que sempre que algo não esteja a ser feito de forma adequada que seja reportado imediatamente para providenciar meios técnicos de forma célere, para não existirem custos e servir melhor a população. À solicitação do Deputado *Jorge Pinto* no que concerne ao regresso de pontos de recolha de lixo, o autarca referiu que estes irão regressar a todo o distrito. Á intervenção frontal do Deputado *Ramiro Valadar*, sem concessões, que referiu as competências dos trabalhadores camarários, “que não me canso de elogiar pois são estes que executam os serviços para nos dar melhores condições”. Quanto à integração os professores, o autarca assegurou que o trabalho está a ser encaminhado nesse sentido, sendo intenção do Executivo terminar com a precariedade. O autarca destacou, ainda, a veracidade da postura deste Deputado no que concerne à obrigação que tem para com os seus eleitores, papel que desempenha com elevação e isso é fazer política. Defender os seus sem insultar”. -----

Ao Deputado *Manuel Mico* o autarca agradeceu os elogios direcionados à deslocação dos técnicos do BUPI às freguesias, considerando ser importante chegar às pessoas que não conseguem chegar à sede de concelho e retribuiu com as felicitações a



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

propósito da Feira do Folar, evento que já é uma referência no distrito. Aproveitando para endereçar cumprimento também à “*Raquel* que fez um primeiro evento que esteve muito bom, com a presença de gente de todo o concelho”. A propósito da evolução do exercício desde o início do mandato de 2021, o Sr. Presidente da Câmara Municipal remeteu para o Vereador *Paulo Rogão*. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Vereadora *Sónia Salomé* para na sequência das intervenções da Deputada *Margarida Pires* e do Deputado *Carlos Fernandes*, responder às interpelações dos mesmos. Assim, e tendo a Deputada *Margarida Pires* feito referência a dois programas que antecedem o atual Executivo, o Programa “Macedo Cuidar”, aprovado em 2015 e o Programa “Macedo Habitar” em 2017, este último implementado pelo atual Executivo, a Vereadora salientou que se mantêm pelo reconhecimento da sua importância, tal como os protocolos de âmbito Social com a Santa Casa da Misericórdia, em que o município assegura o vencimento de uma enfermeira, e com a ULSNE mantendo e assegurando o vencimento de uma educadora social nos serviços paliativos e continuados. Continuidade que reflete a preocupação do Executivo nos níveis referidos. Quanto à preocupação no âmbito da ação social e do trabalho em execução, na sequência das notas do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora reportou o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito social, nomeadamente com a Universidade Sénior juntamente com Juntas de Freguesia e algumas IPSS’s, com a equipa multidisciplinar no agrupamento de escolas, sendo o único município que mantém este serviço e que efetua o acompanhamento dos alunos no âmbito da recuperação da aprendizagem e no domínio emocional, por solicitação deste, mas também ao nível das instituições privadas; as bolsas de estudo têm vindo a ser reforçadas de forma gradual desde que o Executivo assumiu funções. Este valor inicial era de quinze mil euros (15.000,00€) sendo atualmente de cinquenta e cinco mil euros (55.000,00€), “valor que pretendemos aumentar nas bolsas atribuídas porque reconhecemos que o contexto socioeconómico das famílias tem também sido alterado e agravado” adiantou. Paralelamente a todas as ações referidas no âmbito social, a Vereadora informou que foi efetuado um diagnóstico social, trabalhado com todos os parceiros que integram a rede social que em breve terá um plano de ação cujo foco será a capacitação de todos os intervenientes no processo social e, no âmbito do Plano de Garantia para a infância, Programa governamental, irá ser implementado um plano de redinamização



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

da rede social, que perdeu alguma importância, integrando os Presidentes de Junta de Freguesia, pois “muito do trabalho social passa pelos agentes que estão no terreno e que melhor conhecem a realidade do seu território. No domínio da ação social existe ainda o apoio psicológico para situações de crise e catástrofe quer em situações de emergência, quer no dia-a-dia, trabalho efetuado por uma psicóloga do município. Foi criado, recentemente, o Balcão da Habitação e energia, no seguimento da parceria que existe com a Deco Proteste, que se concretiza, mensalmente, com os colaboradores da Deco e do município a receber as pessoas, que através de marcação prévia pretendam obter ajuda e esclarecimentos sobre questões práticas de gestão doméstica e que também promove e dá a conhecer as políticas de habitação, de acesso a requalificações inclusive de eficiência energética e pequenas medidas que podem ser implementadas diariamente para diminuir o valor da fatura energética. Estes atendimentos que carecem e agendamento estão associados à última feira mensal. No âmbito escolar, o Executivo lançou, no ano de 2022, um concurso para fornecer refeições já com um custo base superior ao que o ministério paga. Diferencial que é suportado pelo orçamento do município. “Estamos a trabalhar em várias frentes no domínio social”, assegurou a Vereadora, e a abranger todas as faixas etárias. O município tem duas colaboradoras, no âmbito da transferência de competências, que efetuam um trabalho de acompanhamento das famílias beneficiárias de habitação social no terreno e efetua um trabalho de acompanhamento e de atualização de dados, sendo intenção dar continuidade ao projeto *Mimo*, numa versão melhorada e com a captação de recursos humanos existentes na rede para completar os do município. A propósito dos regulamentos, a Vereadora referiu existiu uma necessidade de os atualizar, nomeadamente “o Macedo Habitar, sendo a habitação uma preocupação do Executivo e do Governo, com vários Programas em implementação e reflexo da grande necessidade de habitação, não sendo Macedo exceção. No âmbito do Programa Habitação 1.º Direito, que contempla três subprogramas que estão refletidos na estratégia local para a habitação, que significa um pacote financeiro de cerca de quatro milhões direcionado para o público privado, com processos já iniciados e mais quatro milhões para o parque habitacional social bem como ao nível da habitação de emergência. Um trabalho que irá necessitar de alguma operacionalização pois trata-se de fundos que serão atribuídos a pessoas que não estarão muito capacitadas para efetuar os processos inerentes à apresentação de candidaturas, situação que irá exigir um esforço por parte do município. “Ainda durante o primeiro semestre do ano estaremos em condições de ir às aldeias, de falar com os

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Presidentes de Junta de Freguesia e de reunir com todos os que reúnam condições de elegibilidade para estes financiamentos. Os quatro milhões do município, dois serão canalizados para a reabilitação dos fogos do Bairro da Alegria e o valor restante utilizado na criação de dezasseis novos fogos. O projeto de execução da reabilitação está concluído e com submissão de candidatura ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Iremos avançar conscientes de que surgirá outro desafio em paralelo: realojar as pessoas do Bairro da Alegria. Neste momento estamos a abrir o procedimento concursal para adjudicar a prestação de serviços para efetuar o projeto de execução da criação dos novos fogos no Bairro da Alegria. Quanto à habitação de emergência, em termos de plano estratégico provimos quatro a seis fogos de emergência mas, tendo em conta o reforço governamental do pacote para a habitação, via Plano de Recuperação e Resiliência- PRR, tudo se encaminha no sentido da reabilitação da antiga residência de estudantes para habitação temporária e urgente. Já estamos a trabalhar nesse sentido e dentro em breve haverá novidades. Paralelamente será lançado o procedimento para o concurso de adjudicação da reabilitação que se pretende venha a ter várias tipologias de quartos e até, se possível, criar alguns T1.” Informou a Vereadora, concluindo que em virtude de todas estas alterações, e por força dos programas mencionados, se torna permanente proceder à alteração do Regulamento “Macedo Habitar” que tem que refletir as políticas da Comunidade Europeia para que o município tenha acesso aos financiamentos no domínio da habitação. “Neste momento os serviços já estão a trabalhar numa proposta de alteração que será submetida a apreciação na próxima reunião de câmara”, adiantou. Quanto ao programa “Macedo Cuidar”, a propósito da interpolação do Deputado Carlos Fernandes, a Vereadora recordou que o município assumiu a transferência de competências a três de abril que prevê que além do Rendimento Social de Inserção- RSI o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS, a criação e acompanhamento da Carta Social Municipal bem como a preparação da candidatura, e posterior submissão, do CLDS, o atual Colmeia, que irá terminar no mês de maio passando a ser a Câmara Municipal a executar física e financeiramente toda o projeto, que será “uma ferramenta para melhorar o acompanhamento ao nível das famílias e que em paralelo com o Plano de Garantia para a Infância e acreditamos que no próximo ano teremos uma intervenção muito melhor que a que temos neste momento”, adiantou informando que a transferência competências veio com cerca de 150 processos. Concluindo que o Regulamento do



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

“Programa Cuidar” será objeto de revisão que deverá refletir todos as alterações no domínio social. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr- Vice-Presidente, Rui Vilarinho**, para no âmbito das interpelações do Deputado *Ramiro Valadar* dar conta que o do piso sintético do Estádio Municipal está concluído e que será vistoriado em breve por uma empresa internacional que o irá “certificar para receber jogos internacionais e que já está a ser utilizada pelos macedenses”. Relativamente às atividades desportivas programadas para o mês de maio, o Vice-Presidente adiantou que Macedo de Cavaleiros irá receber duas atividades de âmbito nacional e uma de âmbito internacional. “No dia 7 de maio recebemos a II edição da Baja TT Norte, com dois prólogos a passar em Macedo de Cavaleiros e aproveito para apelar aos Presidentes de Junta de Carrapatas, Cortiços, Castelãos, Vale Benfeito, Bornes, Chacim, Olmos para falarem com os agricultores e informarem que no dia 7 de maio, no período da manhã, evitem passar nos caminhos e no período da tarde, Amendoeira e Ala. As máquinas que vão competir são veículos de extrema potência, sendo um espetáculo digno que possui muitos aficionados e que terá muita adesão, o que é excelente para o nosso território já com tradição neste tipo de desporto mas que por se tratar de veículos que atingem facilmente os cento e oitenta quilómetros tem a particularidade de ser perigoso. As zonas espetáculo já estão definidas e serão enviadas para divulgação aos munícipes devendo ser evitadas as zonas não definidas como seguras e peço aos presidentes de junta que difundam a mensagem para bem de todos”, recomendou, continuando a dar conta dos eventos desportivos. Assim, irá acontecer um torneio internacional de futebol no estádio municipal, um torneio UEFA Pro sub-16 feminino e masculino entre a Áustria, Bélgica, Itália, Portugal, França e Holanda, que representam os melhores atletas europeus na modalidade e uma competição de relevo e impacto que deixa o Executivo satisfeito e orgulhoso, à semelhança de Mirandela e Bragança, âmbito do torneio. No início de junho o parapente regressa ao território com a presença de 100 atletas a planar na Serra de Bornes com associação já sedeadada em Macedo de Cavaleiros, cuja atividade o município vai apoiar e que irá começar a ministrar aulas da modalidade. Ainda no mês de junho, e com o apoio da empresa *Trovidoce*, acontece o “Lés a Lés” com cerca de três mil motards que irão parar em Macedo de Cavaleiros e que já tem a hotelaria lotada. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Vereador *Paulo Rogão* para no âmbito da intervenção do Deputado *Manuel Mico* efetuar um ponto da situação da atividade municipal no período compreendido entre o ano 2018 e 2021 iniciando a sua intervenção com uma apresentação em diapositivo com imagens dos campos de paddle, do centro hípico, da ciclovia, da zona industrial, da escola secundária após intervenção e requalificação, do centro de meios aéreos, do parque urbano, do piso sintético, do interface ou central de camionagem, da requalificação dos paços do concelho e da estação. “Mas há mais, faltam aqui a requalificação do Bairro de S. Francisco, da Rua Eça de Queirós, o largo da estação, o centro cycling, o campo de futebol de praia e ténis do Azibo e tantos mais. Afinal há obra”, concluiu, recordando o discurso do PSD na Assembleia Municipal até ao ano de 2019, era o de que não havia obras, não havia investimento. Agora “que as obras estão à vista de todos o discurso mudou. Agora o discurso proferido na AMJ foi, passando a ler: Não há desenvolvimento económico, apadrinham-se empresas amigas do poder, onde estão as pessoas? Para onde vão os jovens macedenses? Este é o discurso atual do PSD e tendo memória, em dezasseis anos de governação PSD-CDS que infraestruturas ou equipamentos marcaram o nosso território? Não houve apadrinhamento de empresas amigas do poder? Houve aumento da população nesse período? Que condições foram criadas para a vinda de pessoas para o território? O que ficou dessa gestão? Dívida, contas municipais depauperadas. Se inquirirmos a população é isso que vamos ouvir, não é agora que passamos para a oposição que questionamos onde estão as pessoas. Para que as pessoas venham é necessário criar condições e é isso que o atual Executivo está a fazer com os investimentos que já mostrei, com a aposta no Parque Empresarial e recorde que em 16 anos de gestão do PSD não espetaram lá um prego. Vão ver como está hoje e estamos a aumentá-la. E esta é a realidade e é criando condições que conseguimos captar investidores. Apostamos no turismo e em regulamentos que motivem os investidores a virem e os jovens a comprar casas mais baratas. Estamos a apostar nas pessoas e a criar condições para que venham. Além do investimento já referido, já lá vai o tempo em que não se pagavam atempadamente as contas da luz, que não se pagava o saneamento e a água. Hoje estão em dia. Que não se pagava atempadamente o combustível, à AMTQT, à CIM-TTM, à Resíduos do Nordeste e ao Baixo Sabor. Hoje está tudo em dia. Que não se pagava atempadamente aos fornecedores, com prazos dilatadas até 360 dias sendo hoje inferior a 30 dias”. De seguida o Vereador passou a



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

explicar que os investimentos municipais só podem ser efetuados por duas vias: com fundos próprios do município ou através de fundos comunitários. No que aos fundos comunitários diz respeito, no período compreendido entre 2018 e 2022 – PEDU- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, programa contratualizado pelo Executivo PSD em funções até 2017 onde estavam elencados várias investimentos, com um pacote contratualizado no valor de oito milhões e cem mil euros (8.100.000,00€), competindo à Câmara Municipal, através de receitas próprias, comparticipar com 1 milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00 €). O Vereador apresentou o quadro de investimentos do PEDU, que disponibilizou a quem o pretendesse, continuando a explicar que o Executivo seguinte foi ao POSEUR, Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, conseguindo um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€) para implementar o sistema de telegestão no sistema de abastecimento de água, a execução de reservatórios de água e a renovação de redes. Um investimento total de um milhão e quatrocentos mil euros, com comparticipação de um milhão e cem mil euros e com capitais próprio no valor de duzentos e trinta e dois mil euros. Ao programa PROVERE – Programa de Valorização dos Recursos Endógenos, o Executivo candidatou, e viu aprovados dois projetos: o centro hípico e o Centro Náutico, que totalizam um investimento de novecentos e cinco mil trezentos e setenta e cinco euros e noventa e um centimos, com uma comparticipação de setecentos e sessenta e sete mil setecentos e cinquenta euros e quarenta e oito centimos, cabendo ao município comparticipar com cento e quarenta e seis mil e sessenta euros e trinta e seis centimos. À Associação do Baixo Sabor o município candidatou e obteve a aprovação da estrutura do *Welcome Center*, com um investimento total de duzentos mil cento e dezassete euros e vinte e cinco centimos, financiado em cento e treze mil euros duzentos e setenta e três euros e sessenta e sete centimos cabendo ao município suportar um valor de oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e oito centimos (86.843,58€). À DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais, o município candidatou a beneficiação dos Paços do Concelho, com um investimento total de duzentos e quarenta mil euros dos quais sessenta e quatro mil foram financiados. Tendo o Vereador elencado outros programas de fundos que não especificou e que contempla as várias intervenções no parque escolar e nas escolas, na reabilitação da Igreja de Podence, na Zona Industrial, no centro de meios aéreos, no centro *cycling*, na reabilitação energética dos Paços do Concelho, na iluminação pública e no Programa PIICIE e que totalizam um investimento global de cinco milhões e setecentos mil euros, com um financiamento



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

externo de três milhões e oitocentos mil euros e um milhão e setecentos mil euros suportados com capitais do município. Esta apresentação, que revela o investimento total do Executivo em Regime de Permanência foi, de acordo com o Vereador *Paulo Rogão*, impulsionada para elucidar que “quando é dito que foi herdado um PEDU com uma dotação financeira de oito milhões, o atual Executivo foi buscar outro PEDU, no valor de sete milhões”. Assim, o Vereador deu os parabéns ao Executivo anterior pelo feito de ter conseguido o PEDU alertando que o atual, apesar das condicionantes ditadas pelo encerramento de um quadro comunitário, conseguiu duplicar o financiamento, que deu origem a um investimento no período em análise, de 2018 a 2022, de fundos comunitários no território de dezassete milhões de euros. Deste valor competia ao município um investimento de quatro milhões e duzentos mil euros. Para obter este valor existem duas formas: ao recorrer ao crédito através de empréstimo bancário ou através de receitas próprias. Desta feita para suportar o valor o município pediu um empréstimo e ainda reforçou o património com aquisições no valor de três milhões e quinhentos mil euros, através de receitas próprias: o edifício do Piaget, Terrenos para o alargamento do Parque Empresarial, para a construção da Central e Camionagem e para o Parque Urbano. Após a apresentação, o Vereador concluiu que no período em análise existiu um investimento global de fundos comunitários no valor de dezasseis milhões e setecentos mil euros, que correspondeu a um investimento realizado com receita própria no total de catorze milhões e quinhentos mil euros, totalizando um valor de trinta e dois milhões e duzentos mil euros que revela que o município investiu quase tanto com capitais próprio como através de receitas de fundos comunitários. Colocando a questão: no período de 16 anos em que o PSD esteve à frente dos destinos do município e em que também havia dinheiro, onde foi investido o dinheiro? Onde estão visíveis os investimentos? “Após este investimento todo, e como a prestação de contas vai evidenciar, ainda conseguimos reduzir a dívida da Câmara em sete milhões e oitocentos mil euros” afirmou. Em suma, em cinco exercícios económicos, houve investimento, aumentou-se o património da autarquia e reduziu-se a dívida. Terminando com a informação de que está a chegar o novo Quadro Comunitário e assegurando que com a equipa que está atualmente a liderar a autarquia não tem dúvida de que será ainda melhor, “vamos investir mais, continuar no caminho da redução da dívida e conseguir contas sustentadas, pois sem elas não é possível dar cumprimento a contratos comunitários”, frisou. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Aberto um segundo período de intervenções, inscreveram-se os Deputados *João Alves, Ilídio Alves, Ramiro Valadar, José Madalena, David Martins, Maria José Moreno, Margarida Pires, Beatriz Pires e Manuel Olaio*. -----

CJP
cut

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Margarida Pires* que manifestou a sua gratidão pelas respostas obtidas pelo Executivo e que já tinha conhecimento de todas as políticas e ações da área social e direcionou a intervenção para o Regulamento “Macedo Cuidar”, publicitado na página do município, passando a enumerar os benefícios dos Programas “Macedo Cuidar” e “Macedo Cuidar+” bem como os requisitos para ter acesso a estes tendo, “em defesa dos macedenses com idades iguais ou superiores a 65 anos, lançar, em nome da Grupo Parlamentar do PSD, a ideia de constituir um grupo de trabalho para, com urgência, trabalhar o citado regulamento e para solicitar aos Presidentes de Freguesia, para divulgarem, juntos das suas populações, os cartões “Cuidar” e “Cuidar +” para que todos juntos “possamos lutar pelos nossos fregueses”. Rematou. -----

A palavra foi passada ao deputado *Ilídio Alves* que prescindido e deu lugar à intervenção do Deputado *Manuel Olaio* para dar duas notas. A primeira, reforçando o nada ter contra Carrapatos nem contra as aldeias, mas sim contras as parcas condições de trabalho dos funcionários do município. A segunda, a propósito dos bons funcionários do município que sendo todos bons funcionários, uns serão melhores que outros, devendo o mérito ser motivo de destaque. -----

Usou a palavra o Deputado *José Madalena* para em jeito de resposta ao Vereador *Paulo Rogão*, “que tem todo o direito em responder aos Deputados”, adiantar ter também uma lista de obras do tempo de liderança do PSD à frente dos destinos do concelho, que não tendo tanto tempo para explanar, passou a referir as mais emblemáticas, nomeadamente a construção do parque de estacionamento da área verde, a requalificação da envolvente do Estádio Municipal, a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários, a construção do Heliporto Municipal, a criação da Praia da Ribeira, o local que mais turistas atrai ao concelho, a requalificação dos arruamentos de Podence, e “carrapatenses o que é que o PSD fez aqui? Vocês respondam” inquiriu. “Não vamos entrar nessa guerra. Nunca me ouviram dizer que esta Câmara não fez nada. O meu discurso é: é possível fazer mais e melhor. Vocês estão a trabalhar mas é possível fazer melhor”. Terminou. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

A palavra foi passada ao deputado *João Alves* para dar continuidade ao discurso da primeira intervenção e esclarecer a polémica que envolveu a obra de requalificação da igreja de Podence, entendendo a preocupação da comunidade de Podence uma vez que numa anterior requalificação desapareceram imagens de santos, mas não entende a tentativa de aproveitamento político dos partidos da oposição, apelando à calma e afirmando: “Ainda somos competentes para gerir os destinos da nossa terra”. Dando por encerrado o tema e passando a anunciar “apesar de toda a polémica que aconteceu na passada época balnear” as praias da Albufeira do Azibo continuam a ser distinguidas com a bandeira azul. Distinção que faz prova que a água da albufeira do Azibo não estava contaminada e que nada “justifica que alguns tenham prejudicado a nossa terra com falácias que em vez de nos ajudarem a progredir só nos empobrecem”, tendo causado o afastamento de inúmeros veraneantes prejudicando a economia local. O Deputado deu nota que a aldeia de Podence foi incluída na rede das Aldeias de Portugal, passando a usar esse galardão como “mais uma conquista que certamente nos vai ajudar a tornar esta região mais próspera e mais atrativa” e informou que vai decorrer nos dias 28, 29 e 30 de julho o 1º Festival do Careto em Podence. Evento a realizar através da parceria entre a Junta de Freguesia e a Associação de Caretos de Podence que conta também com os Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros e com o apoio da Câmara Municipal. O autarca convidou os presentes para o evento prometendo “que não se vão arrepender”. Terminando a sua intervenção com a sugestão de colocar na rotunda junto ao Mercado Municipal a imagem de um careto. -----

Usou da palavra a Deputada *Beatriz Mata Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP que louvou a descentralização das sessões da Assembleia Municipal pois é “sempre bom visitar um pouco mais do nosso território, visitar pessoas tão hospitaleiras, esbater o isolamento rural e levar uma lufada de ar fresco às aldeias porque “Macedo é mais do que a sede do concelho e as gentes que lá estão e temos um concelho muito rico que vale a pena ser explorado”, afirmou passando a dar os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal pela criação da Assembleia Municipal Jovem, que a enche de orgulho, como jovem da terra, ver a importância que é dada à responsabilidade cívica e à educação política. Apesar da ainda não ter tido oportunidade de ver toda a sessão, só pode “tecer elogios aos



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

jovens adolescentes pela coragem, dedicação e pelos discursos maravilhosos” fazendo votos de que a Assembleia Jovem faça jus ao que se propõe e que cative os jovens a intervir cívica e politicamente e não tenha o efeito contrário e que “traga mais meninas-mulheres para a política ainda pouco representadas”. Disse, passando a endereçar-se aos jovens com palavras de incentivo, “o caminho é árduo, mas não desistam. Lutem sempre por aquilo em que acreditam. Falem, insistam, sejam a favor, sejam contra, mas façam uso da vossa voz. Por nós, por vós, por Macédo e pelo nosso futuro”. Palavras que arrancaram um forte aplauso de todo o plenário. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *David Martins*, membro do Grupo Parlamentar do PSD. No uso da palavra o Deputado referiu que após a intervenção do Vereador *Paulo Rogão* chegou à conclusão de que ou o “Executivo atual é milagreiro ou pintaram um cenário terrivelmente falso nas eleições autárquicas de 2017”. Assim e tendo o Vereador ficado chocado com a intervenção do Deputado *Carlos Rodrigues*, “como uma virgem ofendida, indignou-se com alguns discursos proferidos na Assembleia Municipal Jovem no dia 25 de abril, os verdadeiros discursos de Abril. O dia 25 de abril não é dia para se vangloriarem das obras nem de campanha. As obras não são do Executivo, são do povo, executadas com dinheiros do povo e para usufruto de todos. O 25 de Abril é para festejar a liberdade. E foi esta liberdade que permitiu ao Deputado *Carlos Rodrigues* usufruir dela e discursar com educação e nível dando um bom exemplo, à juventude, do que é nascer depois de Abril. Sr. Vereador. Abril tem 49 anos mas ainda é Abril. Em relação às obras elencadas qual delas melhorou economicamente o nosso concelho? Qual delas atraiu ou fixou população? Bola. E não lhe fica nada bem atacar quem por razões pessoais ou profissionais não pode estar presente para se defender. O mau exemplo não foi o do Deputado em causa mas sim do Sr. Presidente ao desrespeitar o 25 de Abril e o lugar que ocupa”, afirmou. “Sr. Presidente acha que deu bom exemplo aos jovens ao alterar-se e passar para um ataque político desonesto a um jovem que mais não fez senão usar da liberdade, que Abril lhe garante, criticando o que na opinião dele está mal. Pobre Abril o nosso quando não se pode ser livre de criticar o que está mal na nossa opinião. Pobre Abril o nosso onde temos que bajular sistematicamente para alcançar um qualquer lugar. Por último é preocupante a acusação que o Sr. Presidente fez aos anteriores Executivos e passo a citar as palavras do Sr. Presidente: Nós herdamos uma Câmara como muita gente que entrou por favores. Quem são essas pessoas Sr. Presidente? Está a abrir um precedente onde todas as pessoas que



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

iniciaram funções antes de outubro de 2017 se podem rever. As pessoas não tinham habilitações para os cargos? Que me recorde ultimamente o município perdeu um ou dois casos em tribunal que lhes foram instaurados por funcionários com bastante tempo de casa.”Concluiu. -----

A palavra foi passada para ao Deputado *Ramiro Valadar* que anunciou o evento que irá acontecer em Morais, nos dias 14,15 e 16 de julho, as Festas da segada, para as quais estão todos convidados, com a garantia de que “quem não for ceifar não come” e transmitir a sua gratidão aos Vereadores sem pelouro e a “alguns apóstolos que foram atrás, que o não passado criticaram o Executivo pela atribuição de seis mil euros a este evento pois este ano, graças ao alarido nas redes sociais, o contributo do município é zero. Mas não se preocupem porque vamos fazer a segada na mesma e vão ser três dias. Estão todos convidados e mais uma vez agradecido porque este ano a Câmara não deu nada para o evento”, rematou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Maria José Moreno* que adiantou não responder ao Vereador *Paulo Rogão* porque não tem o tempo deste passando a referir que no que diz respeito às piscinas municipais ouviu dizer que estas nunca tinham tido manutenção. Perante o boato questionou o responsável, que considera muito competente e brioso no que faz, se efetivamente houve, ou não, manutenção. Em reunião de Câmara foi dito que havia um grande esforço financeiro para arranjar as mesmas. “Compreendo. O tanque está seco e perante isso os tijolos caem. Não há hipótese mas tem que haver equidade. Uns dedicam-se ao futebol, outros às atividades físicas e outros há natação e nenhum pode ser descurada. O papel da autarquia é servir e não pode ignorar o desporto escolar e outras atividades físicas que possam decorrer no espaço das Piscina Municipal, por exemplo a ginástica aquática que dava qualidade de vida a muitas pessoas, o lazer dos jovens e dos seniores que foi cortado. Assim só resta ir para Mirandela. Acha isso correto Sr. Presidente? É lógico que não”, retorquiu. De imediato questionou: as obras de manutenção estão a ser realizadas? Temos piscinas em funcionamento para o próximo ano escolar? As piscinas descobertas abrem este verão? A propósito da relva sintética, a propósito da qual tem ouvido que está excelente e dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, mas para assistir aos jogos as pessoas ficam aglomeradas e em pé para verem os filhos jogarem. Perante o relatado



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

questionou o Sr. Vice-Presidente quanto à possibilidade de colocar bancadas, do mesmo género das que foram colocadas na Albufeira do Azibo “que não servem para nada porque não há futebol de praia”, para assistir às atividades praticadas mesmo que sejam provisórias e enquanto o outro campo está em revitalização. “E a ciclovía necessita de limpeza. Têm uma proa tão grande e não a limpam? E se algum miúdo lhe lança fogo? Sr. Vereador do Urbanismo registe e veja isso com urgência e faça.” Aconselhou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, e no contexto das questões colocadas pela Deputada Margarida Pires, o Sr. Presidente da Câmara Municipal adiantou que estas seriam respondidas pela Vereadora *Sónia Salomé*. A propósito da intervenção do Deputado *Manuel Olaio*, que afirmou “Somos todos iguais” o autarca anuiu com a afirmação e acrescentou que foi bem explícito, “que são todos bons funcionários mas que cada um trabalha ao seu ritmo e que no final a equipa revela-se e o resultado final é positivo”. Ao Deputado *José Madalena* e reconhecendo as dificuldades do Executivo antecessor, o edil adiantou que nunca foi dito que não havia trabalho feito tal como não ouviu o Vereador *Paulo Rogão* afirmar que não ficou trabalho feito tendo, inclusive, feito referência ao valor do PEDU, “você enumeraram e eu próprio me recordo de alguns e faço referência a eles entre os meus pares. Claro que deixaram e há que respeitar os que trabalharam e acredito que com seriedade. Acredito que há momentos menos bons e que há boas e más decisões. Eu gostaria de trabalhar de forma diferente da que trabalho, sempre apertado”., confessou. -----

No que diz respeito à intervenção do Deputado *João Alves*, e não tecendo qualquer comentário a propósito do aproveitamento político, o autarca referiu mais dois prémios atribuídos ao território de Podence no âmbito dos prémios cinco estrelas: um para as praias e outro para os Caretos de Podence. “Vou querer estar no Festival do Careto e folgo muito em saber que vocês conseguem vencer adversidades e que no final o trabalho que resulta é muito positivo. Quanto à rotunda do careto! Nós já colocamos um careto enorme no Azibo. Vamos pensar noutra ideia mas podemos fazer um careto para colocar na rotunda da entrada para Podence. Em breve iremos inaugurar o *Welcome Center*, mais uma obra para Santa Combinha”. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

À Deputada *Beatriz Pires*, o Sr. Presidente deu os parabéns pelo discurso proferido, feito com espírito crítico e com elevação e adiantou que nas listas existe respeito pela paridade e que as pessoas têm que valer pelo seu mérito e não pelo género. -----

A propósito da sua intervenção na AMJ, de “fato exaltei-me mas parece que não tenho direito a sentir-me ofendido! Não foi por acaso que sacrifiquei as minhas opções profissionais e de vida para me dedicar à comunidade mas peço-vos que vejam e analisem o meu percurso até chegar a Presidente de Câmara e ser chamado constantemente de mentiroso e outras que nem imaginam, inclusive mensagens anónimas extremamente ofensivas, que estão a ser alvo de investigação, indignas que não mereço. Assim percebem a minha indignação. Pessoas cobardes que ofendem a própria Assembleia e isso é que é falta de liberdade, as pessoas poderem ofender no anonimato e nós nem nos poderemos defender. Gostava que na Assembleia Municipal Jovem tivessem dito isso: Liberdade é o Presidente poder defender-se das ofensas anónimas que lhe fazem”. -----

Aceitando o convite endereçado pelo Deputado *Ramiro Valadar*, para a festa da segada, o autarca referiu que o Executivo mesmo sem capacidade financeira está disponível para dar o apoio estratégico necessário. -----

À Deputada *Maria José Moreno*, no que às Piscinas Municipais diz respeito, o autarca disse que estas estão em remodelação e existe a indicação de que estarão disponíveis dentro de 15 dias. “O Sr. Vice-presidente já explicou o processo. Começamos a levantar azulejos e tivemos que fazer uma intervenção muito mais dispendiosa e técnica do que era previsto. Espero que as pessoas tenham paciência porque isto acontece em qualquer local”. A propósito do piso sintético o autarca relatou os custos elevados do mesmo, porque se pensou no melhor para os atletas e menos no público mas o projeto será melhorado, investindo continuamente de acordo com as possibilidades do município. Registada a nota quanto à ciclovía o edil recordou a aposta na videovigilância que será uma realidade e que permitirá identificar os atos de vandalismo e os seus autores, dando por finalizada a sua intervenção e passando a palavra à Vereadora *Sónia Salomé* para responder à Deputada *Margarida Pires*. -----

No uso da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* avançou que os regulamentos referidos foram elaborados tendo em conta os apoios e programas disponíveis, bem como as regras dos Ministérios que tutelam a segurança social e até da própria segurança social. No que concerne ao Regulamento “Macedo Cuidar”, criado em 2015, que contemplava um conjunto de medidas nomeadamente a tarifa social, esta cai de



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

imediato porque não foi devidamente acautelada com o regulamento que deve prever a criação a tarifa em causa. No que diz respeito aos estabelecimentos aderentes, citados no regulamento, estes não existem porque “nunca houve o trabalho nem a operacionalização devida para implementar a medida”. Implementadas e ainda em execução estão as medidas relativas aos apoios de medicação e de transporte. No que concerne ao valor de metade do IAS referido no Regulamento, este é insuficiente e, na minha opinião este Regulamento não devia estar a ser executado porque a entidade que tem responsabilidade exclusivamente social é a Segurança Social com imensas medidas de apoio nomeadamente o complemento social para o idoso, a prestação social de inclusão, o complemento por dependência para idosos, apoio à terceira pessoa, pensão social de velhice, pensão social de invalidez, apoio ao cuidador informal, ajudas técnicas, apoio emergente na habitação e para o apoio ao transporte na saúde estes possuem credenciais próprias para o transporte. A tarifa social da água e da luz serão implementadas. Ou seja a Câmara Municipal tem responsabilidade social mas não é a entidade competente e com responsabilidade na área social. As pessoas precisam de ser elucidadas dos programas existentes ao nível da Segurança Social que existem e há muito tempo. Se a divulgação não foi ou não está a ser feita, é outra questão. Depreendi, da sua intervenção, que seríamos uns incompetentes e que estávamos a camuflar os apoios disponíveis. Não é verdade. Muitos dos apoios referidos no Regulamento nunca foram implementados por falta de acautelamento, à data da sua elaboração, que data de 2015, as devidas diligências e o Regulamento está a ser revisto mas o município não vai duplicar apoios.”
Esclareceu. -----

A Deputada Margarida Pires solicitou a palavra para acrescentar que fez referência a um programa, o “Cuidar +”, que está publicitado no *site* do município e que é da responsabilidade do Executivo sendo que a própria, na qualidade de Deputada da Assembleia Municipal sugere uma correção do mesmo no que diz respeito às pessoas com mais de 65 anos de idade independentemente da sua condição física e social. ----

ORDEM DO DIA,

Ponto 1- Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade autárquica no período compreendido de 15 de fevereiro a 15 de abril de 2023, elaborada nos termos do disposto no n.º 2 alínea



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

c) do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Maria da Assunção Gemelgo, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Betina Maria de Sá Gonçalves, Luís Miguel Pereira Vaz e Daniela de Almeida Rebelo.* -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Deputada *Maria da Assunção Gemelgo*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que remeteu a sua intervenção para a Assembleia Municipal Jovem. Assim, a Deputada afirmou “é de facto fundamental a implementação da Assembleia Municipal Jovem enquanto espaço de participação cívica, de diálogo e de reflexão sobre diferentes matérias concelhias que dizem respeito à vida dos e das jovens, permitindo que estes possam expor e debater as ideias, proporcionando uma reflexão conjunta sobre o presente e o futuro numa lógica de partilha e de busca conjunta por soluções que vão ao encontro das suas expetativas e necessidades. Assumindo-se, assim, a AMJ como um espaço privilegiado para a discussão e reforço da democracia e da participação cívica e é exatamente que queremos ensinar aos nossos jovens, e nesse sentido felicito todos os responsáveis pela dinamização deste projeto na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Já não posso dar os parabéns ao Sr. Presidente e lamento, como cidadã e com responsabilidades na educação e proteção de crianças e jovens e como Deputada Municipal, que em plena comemoração da liberdade um responsável político, neste caso o Sr. Presidente, responsável máximo, que deve ser o garante dos direitos da liberdade ouse ensinar crianças dos 7.º, 8.º e 9.º ano que não podemos emitir opiniões que outros considerem menos acertadas ou mais acertadas, ou seja, em desacordo consigo e que tente coartar liberdades ao incentivar essas crianças e jovens a não fazerem o mesmo que outras crianças e jovens que eram só os tutores deles. É isto que eu lamento profundamente. Assim fiquei com dúvidas. Esta Assembleia tem de facto a função de estimular uma participação cívica, capacitar e formar jovens, demonstrar a importância da intervenção, potenciar o conhecimento e a reflexão crítica pois, se assim não for, este projeto da AMJ não faz qualquer sentido. “ O segundo aspeto – a igreja de Podence é tão minha como sua, como de qualquer membro que aqui está e se os antepassados não fizeram o que devia ter sido feito, lamento, mas qualquer um de nós tem liberdade para se pronunciar sobre ela. O que está em causa é o facto do caderno de encargos não ser cumprido, nomeadamente no



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

momento do destelhamento da igreja e a verdade é que existem no local peças que não estão acondicionadas de acordo com o mesmo caderno.” -----

Usou da palavra o deputado *Luís Vaz*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, para no âmbito da informação escrita do Sr. Presidente solicitar explicações sobre o quadro das reuniões apresentado na informação escrita e elucidar sobre o que foi tratado em cada uma delas e o que trazem para o concelho e para apelar a todos os Deputados Municipais no sentido de no que diz respeito às sessões que se foquem na discussão com vista à solução e que a oposição seja alternativa contribuindo para a elevação da “alma da casa para benefício de todos os macedenses”. -----

A palavra foi passada ao deputado *Cláudio Trovisco*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD dando início à sua intervenção abordando uma questão que considera assumir cada vez mais importância: as Piscinas Municipais, passando, de imediato a relatar que “aquando da construção destas o PSD havia proposto que as mesmas fossem integradas na zona desportiva, junto ao campo de futebol, por se considerar um local com potencial de alargamento e desenvolvimento daquele equipamento”, proposta a que o tempo deu razão pois, “no que respeita à natação do desporto escolar, temos 8 campeões distritais e 10 alunos apurados para os regionais o que faz de Macedo de Cavaleiros o Concelho com maior número de alunos apurados e sem piscina”. Assim, e tendo em conta os fundos disponíveis via PRR, o Deputado considera “pertinente que sejam tomadas medidas para uma possível candidatura para a construção de um novo complexo, com condições olímpicas, deste feita, naquela zona, que permite colmatar as limitações inerentes” à atual localização das Piscinas Municipais. Quanto a Macedo de Cavaleiros, “nos dias em que não há festas ou feiras” e “na sombra das grandes obras”, esta é “marcada pelas lojas vazias e/ou abandonadas, pela maioria dos cafés fechados a partir das 19h e pelos parques motivos para sair de casa”; é a cidade em que “a limpeza das ruas e praças parece ter sido esquecida, a degradação das estradas e passeios proliferam e as fontes e grande maioria dos canteiros ou jardins estão secas, sujas ou abandonadas; em que “os edifícios mais antigos e marcantes estão como que esquecidos ao pesado passar do tempo”; “é a cidade em que as freguesias gerem orçamentos reduzidos;” “em que alguns bons cidadãos, eleitos e ao serviço da nobre causa do serviço público por partidos da oposição, são alvo de abordagens a roçar a chantagem”, “é a cidade em que a violência gratuita e os maus costumes se multiplicam, noite adentro, na via



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

pública, resultando em equipamentos danificados, propriedade destruída e jovens feridos;” “em que dezenas de migrantes de várias nacionalidades deambulam pelo seu seio, como que esquecidos por uma classe política que apregoa a sua defesa mas que cujo programa de inclusão e integração, se é que existe, não me parece estar a resultar como era suposto”; “em que o comércio que resta, estagnado, passa por momentos difíceis e espera em desespero pelo regresso dos meses de Verão”; “em que a zona industrial, sempre afirmada como uma prioridade se mantém, dia após dia, sem qualquer rasgo de progresso à vista”; é a cidade “que convida a visitar monumentos de interesse público em péssimo estado de conservação e parcas condições de segurança” é a cidade em que serviços como as “finanças prestam funções cada vez mais diminutas, fruto da desvalorização que nos é atribuída por quem governa”, caracterizou concluindo que o progresso é perceptível apenas por alguns ficando cada vez mais “claro que a estratégia de desenvolvimento, se é que existe, teima em não produzir resultados”. Para terminar a intervenção o deputado questionou em que consiste o plano de desenvolvimento pois ao longo do documento “Macedo 2030”, “que custou milhares de euros do erário público”, não encontrou mais do que uma “descrição social, económica, urbana e patrimonial daquilo que existe”. ----

A palavra foi passada à Deputada *Daniela Rebelo*, que apelou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que não interpretasse as questões colocadas como uma afronta à sua pessoa e ao Executivo mas sim o que são: dúvidas. Assim manifestou que tem dúvidas quanto ao quadro das reuniões que suscitam diversas interpretações pretendendo obter esclarecimentos nomeadamente no que concerne à reunião com a *Vetor Estratégico*, uma empresa dedicada a estudos e consultadoria, com sede em Maia, cujo assunto tratado foi o plano estratégico para a juventude” a propósito da qual questionou se este plano está relacionado com o plano municipal da juventude e qual o motivo de “reiteradamente e insistentemente incidirmos na aquisição de determinados serviços fora do concelho, fora da Região e até fora do Distrito”. De seguida questionou, no âmbito da reunião o contexto com a entidade *Sigma Team Consulting*, entidade de consultadoria, com sede no Porto, para questionar qual o contexto da reunião com a entidade e se esta estará relacionada com a “candidatura relativa à transição digital, cujos apoios perdemos e, nesse sentido, se é a entidade certa para nos esclarecer porque é que apenas nove (9) dos vinte e seis (26) municípios que constituem a Região é que foram indicados para este financiamento



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

quando um dos critérios era precisamente a taxa de perda de população e apenas os nove (9) não perderam população alegadamente suficiente!”. A propósito da Reunião com o Instituto da Habitação e Reabilitação a Deputada agradeceu à Vereadora *Sónia Salomé* os esclarecimentos dados na Assembleia e que antecipadamente responderam às dúvidas que tinha passando a referir que o documento Local de Habitação data de janeiro de 2021 e que em junho do mesmo ano o município celebrou com este Instituto um acordo que visava um apoio financeiro de quatro (4) mais quatro (4) milhões, com uma duração de seis (6) anos, até 2026. Assim, “já passaram dois anos (2) restando quatro (4), estando queimado um terço (1/3) do período para questionar porque não se avançou neste período e quais os motivos que impossibilitaram ações concretas? Verificamos ainda que nesta Estratégia Local de Habitação foram contemplados cento e cinquenta e cinco (155) agregados. A reabilitação vai incidir nos 155? Uma vez que o apoio também contempla aquisição para aluguer a custos controlados, qual é a percentagem? Já ouvimos aqui que vão ser criados dezasseis fogos. A minha questão é se esses 16 fogos a criar vão sê-lo a partir da aquisição e aluguer ou se vai ser construção nova? No final de março foi contratualizado um estudo prévio, após consulta prévia, para o multiusos de Macedo de Cavaleiros com uma entidade com sede na Maia, pelo valor de sessenta e três mil e quinhentos euros (63.500.000,00). Existem em Macedo de Cavaleiros oito gabinetes de arquitetura e engenharia que contribuem para o comércio local, pagam os seus impostos no município e as suas rendas e demais contributos, será que nenhum deles, ou mesmo em parceria, como já aconteceu no passado, não reuniam critérios qualitativos para serem consultados? É consensual que queremos levar Macedo o mais longe possível mas não provemos os recursos que possuímos. Para os dezasseis fogos vai existir o procedimento de consultas prévias ou vai ser concurso público?” Questionou. -----

Usou a palavra a Deputada *Betina Maria de Sá Gonçalves*, membro do Grupo Parlamentar do PSD para no âmbito do património arquitetónico e religioso existente no concelho, tutelado por várias entidades, de forma direta ou indireta, com responsabilidade moral e institucional sobre este para manifestar ver com satisfação a preocupação que existe com a requalificação da igreja de Podence mas as “igrejas de Lamalonga e Vilarinho de Agrochão precisam também de um olhar mais atento e diferenciado a necessitarem, com urgência, de uma intervenção especializada e cuidada e a freguesia de Lamalonga não tem capacidade financeira, nem



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

conhecimento especializado para identificar problemas arquitetónicos relacionados com a arte sacra”. Não se isentando de responsabilidades convidou o Sr. Presidente para visitar a igreja de Lamalonga recordando um reunião que aconteceu no dia 20 de agosto de 2022 e correspondência datada de setembro do mesmo ano, em que dava conta e alertava para um problema que coloca em causa a segurança da comunidade daquela aldeia. Assim, o soalho da igreja está em avançado estado de degradação e já com vários buracos. Na reunião mencionada o Sr. Presidente empurrou a responsabilidade para a Comissão Fabriquei e relativamente ao ofício, que dava conta da problemática descrita, não obteve qualquer resposta considerando que apesar de da responsabilidade ser do Ministério da Cultura não isenta a responsabilidade do autarca. A ausência de resposta e a sensibilidade pelo estado da igreja levou um grupo de jovens voluntárias a formaram um grupo de trabalho com o objetivo de angariar fundos para substituir o soalho. A dinâmica criada já permitiu angariar algum dinheiro e a envolvência comunitária incentiva à continuação, com a responsabilidade da Comissão fabriqueira e com a envolvência da Direção Regional da Cultura. Assim, “Sr. Presidente, perante o perigo que representa o estado atual da igreja de Lamalonga para a população e visitantes, perante a imagem que esta situação dá ao turismo do município, a Câmara Municipal está disponível e disposta para colaborar com esta causa? Nomeadamente com o projeto necessário para a obra e apoio financeiro ou material? “, Questionou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpelações dos Deputados Municipais.-----

No uso da palavra, o autarca referiu a intervenção da deputada *Assunção Correia*, “extremamente agressiva” que o surpreendeu e o regresso do tema da Assembleia Municipal Jovem que considerou provocatório com o objetivo de que “eu revele algo que não sou. Se é pura provocação política não reajo e não venham argumentar que é uma tentativa de condicionar porque tenho o direito, e já o fiz, de no dia em que não gostar do tom não responder às perguntas porque a minha liberdade começa onde termina a do outro e é biunívoco e devemos pensar bem nas coisas.” Argumentou. A propósito da Igreja de Podence o autarca afirmou já ter ido verificar as obras duas vezes e ficou tranquilo porque as empresas que executam este tipo de obras são certificadas para poder intervir no património, duvidando que não haja imputação de



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

responsabilidade na eventualidade de algo não correr bem. “ Se não podemos falar sobre as obras da igreja de Podence?! Claro que sim. Somos todos engenheiros, arquitetos! É uma falta de respeito para com os responsáveis pela obra e estão ainda a colocar em causa o Ministério da Cultura e quem certifica as empresas. Quanto a este assunto não me pronuncio mais. Fico no entanto satisfeito com a sua preocupação. Fui lá duas vezes, como já referi, e não detetei nada que me deixasse apreensivo, existia uma cobertura e não acredito que alguém ousasse colocar em perigo um património daquele teor.”-----

Relativamente à intervenção do Deputado *Luís Vaz*, cujas palavras o edil apreciou, salientou ser possível fazer um combate político com nível. Quanto à intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco* “ bem preparada e altamente política”, no que diz respeito às piscinas municipais, e como frequentador, estas ao final de algum tempo degradaram-se. Uma sequência normal na vida dos equipamentos. “Já equacionamos a possibilidade de construir novas piscinas no local que referiu, uma excelente ideia com alguns senões. O PRR não financia, não é investimento elegível. O equipamento está sinalizado e veio uma equipa questionar-nos a propósito das nossas obras estruturantes para o próximo Quadro Comunitário e disseram logo que não possível candidatar. Não havendo esta possibilidade o investimento terá que ser feito com os nossos recursos, à semelhança de outras obras. É uma preocupação porque não queremos a nossa população a ir a Mirandela. Fico muito orgulhoso dos nossos campeões distritais que mesmo com as dificuldades conseguem ser campeões o que significa que os nossos atletas são bons e temos que lhes dar apoio e instrumentos. Estamos atentos e preocupados e vamos fazer o caminho à medida das nossas possibilidades. A propósito dos sinais de desenvolvimento referidos, e esta querela já voltou a acontecer, nos últimos dias tenho tido o cuidado de fazer o trajeto pelo parque da cidade e nunca vi o parque tão cheio o que significa que há movimento e assistimos ao nascimento diário de lojas. Isto não é dinâmica comercial? Os restaurantes estão cheios. Já é habitual ter que aguardar por lugar. A Zona Industrial mudou e já não temos muitos lotes para investir. E estes sinais são de esperança”, disse apelando a um discurso saudável com apresentação de sugestões e críticas e não insinuações. Os projetos são elaborados por empresas de cá. Digam-me quais fomos buscar fora? E no passado? Nós foi o primeiro que encomendamos a uma empresa de fora porque era um grande projeto, com necessidade de o ter rapidamente para o podermos encaixar no próximo Quadro Comunitário e porque se trata de um projeto *Sui Generis*, foi esse o motivo e uma situação pontual. No próximo dia 1 vamos



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

inaugurar a Rede Interfaces e este projeto é da terra”, frisou, passando a fazer referência a situações de atrasos de algumas obras, nomeadamente a do Mercado Municipal e as burocracias inerentes aos processos que ultrapassam a competência do Executivo assumindo que irá analisar se as consultorias estão a ser efetuadas fora do concelho e da Região. -----

À Deputada *Daniela Rebelo*, que questionou o recurso a serviços de consultoria de empresas fora da Região, o edil afiançou que irá inteirar-se desses processos para lhe dar uma resposta. Quanto aos fogos a serem construídos, o edil tranquilizou os presentes com a garantia de que estes serão alvo de concurso privilegiando os empresários locais. -----

Ao Deputado *Cláudio Trovisco*, e a propósito do Plano Estratégico, o autarca adiantou que o último documento custou ao município quinze mil euros (15.000,00), participado a 100% pelo PRR, sendo que o anterior tinha custado oitenta mil euros (80.000,00) e está a ser aproveitado para que nem tudo fique na gaveta. -----

Quanto à intervenção da Deputada *Betina Gonçalves*, que referiu o património arquitetónico das igrejas de Lamalonga, Vilarinho de Agrochão e Podence, inscritas no património edificado, o autarca adiantou que o Executivo tentou integrar as três igrejas no Aviso mas a única que acabou por ser enquadrável foi a de Podence porque conseguiu-se aliar o sagrado com o profano, e foi com base neste argumento que se conseguiu a aprovação. “Da nossa parte não houve esquecimento, os relatórios estão feitos e nós prontos para voltar à carga logo que haja uma oportunidade”. A propósito do convite para visitar a igreja de Lamalonga, o autarca referiu que a conhece, destacando o presépio desta mas que terá todo o prazer em voltar lá. A propósito da ausência de resposta à missiva dando conta do estado de degradação do soalho da igreja o autarca referiu não ter recebido a correspondência referida e de que irá indagar o que sucedeu indicado ficando feliz pela dinâmica criada pelos jovens da aldeia. -----

Ponto 2- Retificação da Modificação Orçamental n.º14: Proposta- Aprovação nos termos do disposto no n.º 1 alínea do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

-----Presente o Despacho do Sr. Vereador *Paulo José Castro Rogão*, datada de 31-03-2023, que se transcreve:-----

“Aquando da elaboração dos documentos previsionais para 2022 não se conhecia a proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2022, tendo, no que concerne às

receitas municipais aí previstas, sido provisionado o mesmo montante do ano anterior. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho - Orçamento do Estado para 2022 (OE 2022), após seis (6) meses de execução orçamental, constatou-se que a participação do Município de Macedo de Cavaleiros nos Impostos do Estado sofreu uma redução de 1.101.396€ comparativamente a 2021, conforme discriminado no quadro seguinte: -----

Ano	FEF	FSM	IRS	Art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 73/2014	IVA	Total
2022	10 857 108 €	236 881 €		303 122 €	59 176 €	11 456 287 €
2021	10 960 252 €	292 193 €	91 149 €	1 129 762 €	84 327 €	12 557 683 €
Variação:	-103 144 €	-55 312 €	-91 149 €	-826 640 €	-25 151 €	-1 101 396 €

Em face do disposto no artigo 103.º, n.º 3 do OE 2022, considerou-se que a excecionalidade aí prevista seria aplicável à redução das transferências no montante de 1.101.396 €, tendo-se operado uma modificação orçamental em que se procedeu à anulação do lado da receita do montante em causa. -----

Considerando que existe saldo de dotações orçamentais e em cumprimento do determinado na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26), constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto 8.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), mantido em vigor pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do diploma legal supra identificado, de forma a dar cabal cumprimento ao disposto no artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, entendo oportuno e adequado proceder à retificação da modificação orçamental n.º 14, aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada a 29-09-2022, mediante proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal realizada a 13-09-2022, a qual se traduz na correspondente anulação no lado da despesa. -----

Nesta conformidade, ao abrigo dos supramencionados preceitos legais, decido promover a retificação da citada modificação orçamental, a operar com efeitos retroativos, motivada pelo facto de, aquando da elaboração do Orçamento Municipal para 2022 se ter procedido à inclusão previsional no orçamento da receita das transferências constantes no Mapa 12 do Orçamento do Estado 2021, ou seja, foi considerado o montante total de transferências a efetuar de 12.557.683€, traduzindo-



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

se a retificação, ora promovida, na anulação da despesa em igual montante, tudo conforme mapas anexos, que rubrico. -----

De acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e artigo 25.º, n.º 1, alínea a), ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, é da competência da Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as alterações modificativas ao Orçamento e Opções do Plano. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar, com efeitos retroativos, as retificações operadas à 14.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Opções do Plano de 2022, nos termos apresentada, devendo esta retificação ser, posteriormente, submetida à aprovação da Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão, datado de 31-03-2023 e submetê-lo à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Aberto o período de intervenções e não havendo inscrito o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à consideração do plenário. -----

DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, por maioria, com cinquenta e um (51) votos a favor e oito (8) abstenções aprovar a Retificação da Modificação Orçamental n.º 14/2022. -----

Ponto 3- Prestação de Contas do Exercício de 2022: Apreciação e votação nos termos do disposto no n.º 2 alínea do art.º 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

-----Presente o documento de Prestação de Contas referente ao ano de 2022, que se transcreve: -----

“Introdução: -----

-Nos termos do artigo 33.º n.º 1, alínea i) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é da competência da câmara municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os quais devem ser submetidos, juntamente com a certificação legal das contas, na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte a que respeitam, conforme determina a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei n.º 75/2013. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Dando cumprimento ao disposto no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, vertido no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, apresenta-se o Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano económico de 2022, a fim de ser apreciado pelos órgãos municipais, cumprindo-se os prazos previstos na Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. -----

Este relatório diz respeito ao ano económico de 2022, traduzindo a política levada a efeito pelo atual executivo municipal de desenvolvimento do concelho, de satisfação das necessidades dos seus cidadãos e de sustentabilidade das contas do município, conforme poderemos constatar nos documentos que compõem esta prestação de contas. -----

Quatro notas destacamos no exercício em apreciação: -----

1.ª Nota: não obstante o corte acentuado nas transferências do Orçamento do Estado – acima de 1 milhão de euros -, o exercício demonstra (i) a continuação dos projetos cofinanciados e não financiados, sem recurso a contratação de empréstimos; (ii) o cumprimento das obrigações, atempadas, com os fornecedores da câmara municipal e (iii) o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental corrente, aumentando, inclusive, face a 2021. -----

2.ª Nota: não obstante a instabilidade que a guerra na Ucrânia trouxe ao nível da atividade económica, mesmo assim, conseguimos uma redução nas despesas correntes (despesas com pessoal, funcionamento dos serviços e juros) em cerca de 764.592 euros face a 2021. -----

3.ª Nota: redução das receitas de capital, estas motivadas, por um lado, pelo encerramento/conclusão de investimentos cofinanciados e, por outro, fecho do quadro comunitário, inexistindo novos contratos de financiamento. -----

4.ª Nota: como tem vindo a ser prática desde 2018, redução da dívida total do município. A 31 de dezembro de 2022, a dívida do município cifrava-se em 10.9M€, montante este que já inclui 418.163€ por via das suas participadas (CIM e AMTQT) e a constituição de provisões em 866.000€. -----

Repetimos, assim, a mesma afirmação plasmada em igual documento do exercício anterior – *“É gerindo assim que o atual executivo pretende continuar, isto é, obter mais receita, gastando-a com equidade e responsabilidade, reduzir o passivo municipal e pagando a tempo e horas aos seus fornecedores. É assim que garantimos a*



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

sustentabilidade das contas municipais.” -----

-----O documento de Prestação de Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com os votos a favor dos membros do Executivo em permanência eleitos pelo PS (Sr. Presidente da Câmara *Benjamim Rodrigues* e Sra. Vereadora *Sónia Salomé*) e dos Srs. Vereadores em regime de não permanência eleitos pela coligação PSD-CDS (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*), aprovar a Prestação de Contas – 2022 e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----O documento de Prestação de Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta sessão, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal -----

Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* para, recorrendo a uma apresentação de diapositivos, apresentar de forma sucinta a prestação de contas do exercício do ano 2022 chamando a atenção para o facto de que os resultados evidenciados não podem descurar três acontecimentos: Os reflexos da Pandemia 2021; o forte impacto da Guerra na Ucrânia e o encerramento do Quadro Comunitário 2020 que não permitiu efetuar novas contratualizações. De seguida o Vereador passou a referir as características da Prestação de Contas 2022 que não obstante o corte acentuado nas transferências do Orçamento do Estado de cerca de um milhão de euros, o exercício demonstra a continuidade dos projetos cofinanciados e não financiados sem recurso a contratação de empréstimo; o cumprimento atempado das obrigações para com os fornecedores da Câmara Municipal e o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental corrente chamando a atenção para a prática implementada desde 2018 da redução da dívida total do município. Assim, no ano 2022 o município apresentou receitas correntes no valor de vinte e dois milhões setecentos e vinte quatro mil quinhentos e oitenta e um euros e vinte centimos (22.724.581,20€) e despesas correntes no valor de vinte e um milhões seiscentos mil e cento e cinco euros e setenta e oito centimos (21.600.105,78) e um equilíbrio orçamental corrente com um saldo positivo de três milhões seiscentos e trinta e sete mil e duzentos e setenta e nove euros e cinquenta e sete centimos (3.637.279,57€) “que não significam uma poupança mas sim não gastar nas despesa correntes e alocar a verba para despesas



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

de capital, porque o gasto em capital foi efetivo, não em despesas de funcionamento mas sim em despesas de investimento”, esclareceu. Ao nível a receita corrente a taxa de execução foi de 96,34% e ao nível da receita de capital de 61,37%. A taxa de execução da despesa de capital foi de 72,94%. A 31 de dezembro de 2022 a dívida do município era de dez milhões e novecentos mil euros (10.900.000,00€), tendo o ano civil fechado com dívida a fornecedores no valor de seiscentos e quarenta e dois mil e novecentos e setenta e quatro euros e trinta e quatro centimos (642.974,34€), com empréstimos bancários e outros créditos no valor de cerca de três milhões de euros (3.002.789,92€) e acordos de dívida, que dizem respeito à dívida da água que vem do passado, no valor de aproximadamente sete milhões de euros (7.165.267,44€). Em relação à dívida, o Vereador evidenciou a redução gradual desta ano após ano. Assim, a 31 de dezembro de 2017 a dívida, registada, era de cerca de dezassete milhões de euros (17.129.852,28€), sendo a real de dezoito milhões e oitocentos mil euros (18.900.000,00€), que demonstra uma redução de oito milhões de euros (8.000.000,00€) na dívida do município. O Vereador evidenciou ainda a capacidade de endividamento que era, em 2017 de aproximadamente um milhão de euros (996.183,00€) e que tem vindo sucessivamente a aumentar, passando para quase três milhões de euros em 2023 (2.767.076,00€) e a evolução da dívida do fornecimento de água e saneamento, que representava um valor de onze milhões de euros (11.111.785,05€) em 2017 e em 2022 diminuiu para sete milhões de euros (7.165.267,44€). Dívida que está contratualizada e que representa anualmente um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€). Em jeito de conclusão, à semelhança do documento do ano anterior, e porque os pressupostos se mantiveram e até melhoraram, o Vereador afirmou “é gerindo assim que o atual Executivo pretende continuar, isto é, obter mais receita, gastando-a com equidade e responsabilidade, reduzir o passivo municipal e pagando a tempo e horas aos seus fornecedores. É assim que garantimos a sustentabilidade das contas municipais”. -----

Da prestação de contas concluiu-se: que “existe uma redução objetiva da dívida municipal, com um acréscimo na sustentabilidade das contas; que houve um aumento da capacidade de endividamento municipal com a diminuição do passivo; que existe um pagamento atempado aos fornecedores que dá credibilidade à autarquia e que o investimento em diversas áreas de atuação é visível, o que evidencia o desenvolvimento sustentado do concelho” frisou o Vereador que de seguida agradeceu o contributo dos colaboradores da autarquia que elaboraram o documento de prestação de contas. -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que reiterou os elogios a todos os que se esforçaram e colaboraram na elaboração do documento de prestação de contas, agradecendo a sua dedicação e contributo na execução de um “trabalho minucioso efetuado em tempo record porque é com esses que conto e que fazem com que valha a pena a dedicação à causa pública”. O Sr. Presidente deu por finda a sua intervenção com uma frase que consta do documento “que para mim serve de conduta para a vida diária: As melhores inovações tanto sociais quanto económicas vêm da busca de ideais nobre e intemporais: alegria, sabedoria, beleza, verdade, igualdade, comunidade, sustentabilidade e acima de tudo amor. Estas são as coisas pelas quais vivemos e as inovações que realmente fazem a diferença são aquelas que melhoram a nossa vida e é por isso que o cerne da inovação é o desejo de rê encantar o mundo. Obrigado à equipa. Vocês são excelentes”, rematou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu o período de inscrições. Inscreveram-se os Deputados *José Madalena, David Martins e Maria Adelaide Carvalho* do Grupo Parlamentar do PSD e *Manuel Mico* do Grupo Parlamentar do PS.-

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *José Madalena*. No uso da palavra o Deputado Municipal teceu breves comentários recordando que aquando da apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, em dezembro, foi particularmente crítico relativamente à má qualidade dos documentos tendo inclusive apresentado como exemplo de boas práticas o documento do município de Arouca, desta vez o Deputado deu os parabéns à equipa que “trabalhou muito bem”. Quanto aos números o Deputado anunciou que não irá repetir-se, tendo já sido apresentado pelo Vereador *Paulo Rogão* mas salientou o impacto que já existe com a implementação das medidas de combate ao desperdício e uso ilícito da água, com impacto evidente nas contas, no valor de duzentos e quarenta mil euros, com um incremento nas vendas e redução de despesa, encorajando a manter o bom trabalho no sentido de atingir os objetivos antes de 2025, pois o ganho estimado de trezentos e sessenta mil euros já permite alavancar obras, numa base de comparticipação na ordem dos 15%, na ordem dos quatrocentos mil euros.



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Acrescentando que quando assumiu a Comissão de Orçamento e Finanças percebeu que “existia aqui uma hemorragia que carecia de uma intervenção rápida. Está a ser tratado e muito bem”, acrescentou. De seguida, o deputado intencionou desmistificar a questão do endividamento. Assim, e dirigindo-se ao Vereador *Paulo Rogão* referiu que no final de 2022 existia uma dívida de dez milhões e novecentos mil euros, já com as contas consolidadas, o que significa uma redução significativa do valor total da dívida, na ordem de dois milhões de euros. No entanto, só se traduz num limite de endividamento num acréscimo de seiscentos e vinte e oito mil euro, “ou seja, a dívida nem sempre é má, depende da forma como a utilizamos e do tipo de retorno que traz para o município podendo, assim, ser produtiva, ou não produtiva. Quando existe uma dívida de água, é uma dívida oculta que se está a assumir. Quando há investimento em equipamentos não é. Se somarmos os dez milhões e novecentos e dois mil euros de dívida, aos dois milhões e setecentos e sessenta e sete mil euros, que dará cerca de treze milhões e setecentos mil euros e se pagássemos a dívida toda a capacidade de endividamento ficava em quatro milhões e novecentos e cinquenta mil euros. A dívida é para ser gerida. Que não se faça aqui um drama e pagar demasiado depressa pode ser um erro do ponto de vista económico. Em relação ao próximo ano, em que existe um acréscimo da receita corrente de um milhão e oitocentos mil euros, com um aumento brutal da despesa corrente de 23%, o limite de endividamento cresce para três milhões e cento e vinte e nove mil euros, só havendo um acréscimo de trezentos e sessenta mil euros. É preciso algum cuidado quando falamos da dívida. O documento está bom e parabéns à equipa que o elaborou que está muito bem feito”, terminou.-----

Usou a palavra o Deputado *David Martins* que afirmando ser leigo na matéria em análise e tendo ficado com algumas dúvidas e percebido que está presente o Dr. Esteves, que foi uma mais-valia na época em que se apresentavam orçamentos negativos ou contas com dívidas astronómicas também será uma mais-valia se conseguir explicar os números e será “uma mostra de transparência do Executivo e como é um profissional consegue utilizar termos descendo ao nível de um leigo, sendo mais fácil do que dois leigos a falarem um para o outro”, alegou. De seguida passou a referir as dúvidas em relação ao documento da prestação de contas do exercício de 2022. Assim, “porque é que o saldo em 31 do 12 do ano 2022 do empréstimo do BEI é diferente no quadro da página 60, quadro 7, com dois milhões e seiscentos e seis mil euros e setenta e nove centímetros do mapa de empréstimos da página 84 é de um milhão novecentos e setenta e sete mil e setenta euros e vinte e quatro centímetros.



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

Sendo o mesmo empréstimo porque é que o saldo é diferente dos dois quadros? Preocupo-me com a saúde financeira do município e reparei que na página 84 a dívida do Banco BPI no dia 1 de janeiro de 2022 era de quinhentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e dois euros e noventa centimos e a 31 de dezembro aumentou para quinhentos e cinquenta e sete mil setecentos e dezasseis euros e vinte e sete centimos. Sei que é legal, e que se pode ir buscar capital quando faz falta, o que acho estranho é que no ano de 2022, no que diz respeito a este empréstimo, tenhamos uma redução da dívida em trinta mil euros e de seguida um aumento de trinta mil euros. Ou seja, pelo que percebi, fomos buscar trinta mil euros aquela conta, amortizamos trinta mil euros no empréstimo e a dívida subiu trinta mil euros. Na minha ideia isto não é estar a pagar mas sim uma maquilhagem financeira. Mas pode ser engano da minha parte. O mesmo acontece no empréstimo da *Caixa Geral de Depósitos* de 8 de setembro de 2020 onde a dívida aumentou de trezentos e vinte e três mil e trinta e um euros e setenta e dois centimos para quatrocentos e noventa mil quinhentos e vinte e três euros e noventa e três centimos, um aumento de cento e sessenta e sete mil quatrocentos e noventa e dois euros e vinte e seis centimos. Não digo que seja ilegal. A verba está lá e pode ser utilizada. A realidade é que o valor de cento e sessenta e sete mil euros dá para pagar os juros dos empréstimos todos com a exceção dos empréstimos do *BEI* e da *Caixa de Crédito Agrícola Mútua* e mais metade do que se pagou dos empréstimos. Ou seja empenhamo-nos em metade dos empréstimos para pagar os empréstimos. Andamos a rodar o dinheiro de um lado para o outro. Por último gostava que me explicassem como é que chegam aos valores do empréstimo da CCAM. Em 31 do 12 era de cinco milhões cento e sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta euros e sessenta e cinco centimos, o empréstimo é de 29 do 11 de 2019. A 11 de janeiro o saldo era de seis milhões seiscentos e trinta e um mil duzentos e noventa e sete euros e vinte e um centimos, durante o ano houve uma amortização de trezentos e dezassete mil setecentos e dois euros e noventa e dois centimos. Fiz muitas contas e não consegui chegar ao valor. “Rematou solicitando esclarecimentos.-

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel Mico* que iniciou a sua intervenção dando os parabéns à equipa que elaborou o documento em análise, que efetuaram um bom trabalho, e para deixar duas notas. A primeira dando conta de que o documento é o reflexo da política e a “política reflete-se na apresentação de contas e hoje os Deputados estão tranquilos porque não há reservas e as contas estão bem claras



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

apesar de algumas dúvidas. Já ouvimos dizer que a mudança de contadores não é correta mas a verdade é que estas mudanças traduzem-se em poupança e ainda bem que o Executivo tem coragem para tomar decisões controversas. Falei aqui muitas vezes do cancro da água e estou feliz porque esse assunto está quase a ser sanado e Macedo vai desenvolver-se porque um milhão de euros por ano pode ser investido nas freguesias. Assim, o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente este documento e continuem a trabalhar”, proferiu. -----

Usou a palavra a deputada *Maria Adelaide Carvalho* para tecer algumas considerações a propósito do documento em discussão. Assim, “sendo que este documento resulta das escolhas orçamentais do Município no ano de 2022 e, porque na minha freguesia não foi aplicada a verba de 12 500€, inscrita no Orçamento, para conclusão de passeios em frente à Junta de Freguesia, devo dizer que, por mútuo acordo, não se avançou com a obra por razões de licenciamento das Infraestruturas de Portugal e porque a verba não era suficiente para a construção dos referidos passeios. Assim acordado, a CM inscreveu no seu Orçamento para 2023, 20 000€ para a conclusão dos passeios em frente à Junta de freguesia e 10 000€ para saneamento. Estas duas obras não foram protocoladas com a JF, ficando assim a CM com o compromisso de as executar. Sr Presidente, tendo em conta o exposto, peço-lhe, a oito meses do fim do ano financeiro, que providencie o lançamento destas duas obras tão desejadas e tão necessárias. Tendo em conta o Verão que se avizinha, entendo que se deve dar prioridade imediata à ligação do saneamento de seis casas no Bairro da Sagrada família, à conduta da ETAR dado que, neste momento, está ligado à fossa da sala de ordenha implantada numa propriedade privada que, com frequência, corre a céu aberto em propriedade particular. Devo dizer que em 2023, aquela fossa já foi despejada 9 vezes. Como este problema já se arrasta há muitos anos e, por me parecer uma questão de saúde pública, mais uma vez, deixo aqui o alerta para que se resolva a situação o mais depressa possível. Relativamente à construção dos passeios, os quais constam do Plano e Orçamento do Município há 3 anos consecutivos, serão desta vez ser executados? Costuma dizer-se que à terceira é de vez! Este ano, sem qualquer entusiasmo e pelas razões referidas, irei votar favoravelmente o documento de prestação de contas com a consciência de que quem tem de tomar decisões, tem de fazer opções. A CM optou por outras prioridades no espaço do Município. Espero, este ano, ver obras concretizadas na minha Freguesia



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

para que, no próximo ano, aquando da apresentação do relatório de contas, o possa votar com mais motivação”, terminou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à **Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. -----

Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* que face à intervenção do Deputado José Madalena afirmou que a dívida má da Câmara Municipal não é a dos empréstimos, que são resultado dos investimentos mas sim a dívida resultante do não pagamento da água no passado, que significam sete milhões de euros. “Se essa dívida não existisse tínhamos a possibilidade de ano após ano investir mais um milhão e duzentos mil euros que é o valor que anualmente é abatido até a amortizar”.-----

Sobre a intervenção do deputado *David Martins*, “e para prejuízo da Assembleia, um leigo não responde a um leigo”, afirmou. O Vereador agradeceu as palavras proferidas pelo Deputado *Manuel Mico* e relativamente às questões da Deputada *Adelaide Carvalho* adiantou que o Vice-Presidente *Rui Vilarinho*, responsável pelo pelouro, não irá descurar o lançamento do concurso da obra assumindo que é um compromisso do Executivo. -----

Não tendo sido autorizada a presença do Revisor Oficial de Contas, conforme solicitado pelo Deputado *David Martins* este pretendeu usar da palavra para manifestar que está em discussão o documento mais importante da Câmara e que uma pessoa, eleita pelo povo, que tem dúvidas não obtém respostas. “Neste caso, Sr. Presidente, pode marcar-me falta que eu vou abandonar a sessão”, proferiu abandonando de imediato a sessão. -----

Eram vinte horas e dez minutos quando o Deputado Municipal *David Martins*, do Grupo Parlamentar do PSD abandonou a sala passando a Assembleia Municipal a ser constituída por cinquenta e oito (58) elementos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu o documento de Prestação de Contas do exercício do ano 2022 a votação. -----

DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinquenta e



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

quatro votos (54) votos a favor e três (3) abstenções aprovar o documento de Prestação de Contas referente ao ano de 2022.-----

Ponto 4- Primeira Alteração Modificativa dos Documentos Previsionais do ano 2023: Proposta- Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 alínea do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

----- Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo José Castro Rogão*, datada de 06-04-2023, que se transcreve: -----

“Justificação -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. -- A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. ----- Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos às GOP'S do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede à inscrição de mais receitas e consequentemente mais despesas, resultando alteração ao montante inicial global das GOP'S. ----- Concretizando. -----

-----Ao nível da receita -----

i) Procede-se à incorporação do saldo da gerência do exercício anterior. -----

-----Ao nível da despesa -----

-----No documento previsional Plano Plurianual de Investimentos: -----

i) Criação de uma ação referente à aquisição de uma viatura -----

-----No documento previsional Plano de Atividades Municipais -----

i) Criação de ações referentes a: -----

a) Instalação de câmaras de videovigilância -----

b) Abastecimento de água à aldeia de Gralhós / parceria com a União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe -----

c) Contemplar a descentralização concretizada ao nível da área Social -----

-----No documento previsional Orçamento -----

i) Reforço orçamental de algumas rubricas já previstas -----

-----Em resumo: -----

O movimento global desta modificação apresenta os seguintes valores: -----

a) Receita: 327.029,86€ -----



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

b) Despesa: 327.029,86€ -----

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” ----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 06-04-2023, e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação, com a abstenção dos Srs. Vereadores eleitos pela coligação PSD-CDS: *Nuno Moraes, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*. -----

Abertas as inscrições pretendeu usar a palavra o Deputado *Carlos Fernandes* que referiu ter sido um dos primeiros elementos a chamar a atenção para os atos de vandalismo praticados nas infraestruturas construídas pelo município, manifestando o seu grado por ver o seu apelo refletido no orçamento com uma dotação de quarenta mil euros. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, por maioria, com quarenta e seis (46) votos a favor e doze (12) abstenções aprovar a Primeira Alteração Modificativa dos Documentos Previsionais do ano 2023.-----

Ponto 5- Proposta de atribuição de nome “Parque Urbano, Eng.º Luís Vaz” ao espaço verde criado nesta cidade: Conhecimento à Assembleia Municipal nos termos do disposto no art.º 4 do Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Polícia do Concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13-03-2023, que se transcreve: -----

“*Manuel Luís Gomes Vaz*, sonhador, de caráter firme e determinado, de sorriso rasgado, abraço fraterno e palavra fácil. Os desafios alimentaram-lhe a alma e a perseverança guiou-lhe o caminho. Trazia nele o orgulho de ser Macedense, esse mesmo orgulho que se empenhou em cultivar nas gentes da sua terra, como tantas



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

vezes afirmou, como tantas vezes o escreveu. -----

Engenheiro Técnico Agrário de profissão, formado pelo Instituto Superior Agrário de Coimbra, foi a sua intensa dedicação à causa pública que o notabilizou. Com um vasto currículo, de entre as diversas funções que desempenhou destacam-se: as de Deputado da Assembleia da República na X legislatura; as de Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros; as de Vereador da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e membro da Assembleia Municipal, tarefas que exerceu ao longo de sucessivos mandatos e Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros entre 1993 e 2001. Enquanto Presidente de Câmara deixou uma marca profunda no território. A sua visão e capacidade de liderança inspiraram todos aqueles que com ele diariamente contactaram. Autarca empreendedor, concretizador de sonhos, foi também um visionário e gerador de boas memórias. O seu nome ficará para sempre ligado à cidade, ao concelho e à região que sentiu como poucos. ----- Por tudo isto, e considerando que foi o grande impulsionador deste projeto, solicito que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros delibere: -----

- Atribuir o nome, “Parque Urbano, Eng.º *Luís Vaz*” ao espaço verde criado nesta cidade.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13-03-2023, nos termos apresentada. -----

Aberto o período de intervenções pretendeu usar da palavra o Deputado *Ramiro Valadar*. No uso da palavra o Deputado referiu o orgulho sentido pela proposta de atribuição do nome “*Eng. Luís Vaz*” ao Parque da Cidade. “Um homem trabalhador, honesto, com quem tive o privilégio de trabalhar”. Adiantando que ouviu declarações na Rádio Onda Livre que davam conta de que o Sr. Presidente iria avaliar propostas e que existia a possibilidade de serem colocados, nas pedras e no jardim, outros nomes. “Depois de pagarmos um milhão e oitocentos mil euros por terrenos acho que as placas já estão bem espalhadas”, frisou.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que esclareceu ter dito poder ponderar a colocação de obras de arte. Quanto aos proprietários dos terrenos estes foram bem pagos e ainda estão a ser. Se fosse doação poderia ser ponderada a possibilidade mas não houve doações. “Acredito que mais tarde possamos ter bustos de artistas importantes do concelho ou



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

mesmo nacionais”, adiantou. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto 6- Projeto “ALDEIA DE CORTIÇOS”: Valorização de Envolvente ao Solar dos Pessanha”: Declaração de Reconhecimento de Interesse Público: Ratificação nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 em articulação com a alínea i) do art.º 46.º da Portaria 152/2016, de 25 de maio, na sua atual redação. -----

DECLARAÇÃO RECONHECIDO INTERESSE - Camilo António Morais, Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, e legal representante do Município de Município de Macedo de Cavaleiros, nos termos do disposto no art.º 30º, nº 1 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, por referência ao Projeto designado por **“ALDEIA DE CORTIÇOS: Valorização da Envolvente ao Solar dos Pessanha”** em que a entidade promotora é o Município de Município de Macedo de Cavaleiros, candidata à ação 10.2.1.6 Renovação das Aldeias do PDR2020, declara de modo expreso e inequívoco, que esta operação tem reconhecido interesse para as populações e para a economia local, tendo em conta o Objetivo 1. Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região, contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais, e para a dinamização de processos de desenvolvimento local, da Estratégia de Desenvolvimento Local do Grupo de Ação Local DESTAQUE, nos termos da alínea i) do art.º 46º da Portaria 152/2016, de 25 de maio, e alterações subsequentes, republicada pela Portaria nº 187/2021, de 7 de setembro de 2021, conforme consta do Plano de Intervenção em anexo. -----

Aberto o período de intervenções e não havendo inscritos, O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal ratificou, por unanimidade, a Declaração de Reconhecido Interesse do projeto “ALDEIA DE CORTIÇOS”, nos termos apresentados. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento



Assembleia Municipal – 2.ª Sessão Ordinária

da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013). Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois, três e quatro da Ordem do Dia. -----

Eram vinte horas e trinta e cinco minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.



João Carlos Vaz de Faria

